



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALANA TAYNARA ALVES COSTA

**A JORNADA DE TRABALHO: tensões e dilemas entre trabalho e
família.**

FORTALEZA – 2017.1

ALANA TAYNARA ALVES COSTA

A JORNADA DE TRABALHO: tensões e dilemas entre trabalho e família.

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes

FORTALEZA 2017.1

ALANA TAYNARA ALVES COSTA

A JORNADA DE TRABALHO: tensões e dilemas entre trabalho e família.

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Faculdade Teológica Ratio, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes

Prof.^a Ms. Lauriene Rodrigues Marreiro.

Prof.^a Ms. Meirejane Cardoso Gomes.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha Filha Sofia, razão da minha alegria que mesmo não me tendo presente, não deixou de expressar o seu carinho para comigo e tem me inspirado todos os dias a ser uma pessoa melhor muito obrigada por você existir.

AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo primeiramente a Deus que é o maior mestre que alguém pode conhecer, seu fôlego de vida em mim foi o meu sustento e coragem para questionar realidades e propor sempre um mundo de possibilidades. A realização desse projeto não foi fácil e só cheguei até o fim porque muitos me ajudaram.

Agradeço a minha família pelo amor, carinho, paciência e seus ensinamentos. Agradeço de forma especial ao meu pai Estevão, meu irmão Lucas e à minha mãe Vanesia, heroína que me doou seu apoio e incentivo nas horas difíceis de desânimo e cansaço, todos não mediram esforços para que eu pudesse levar meus estudos adiante.

A professora, coordenadora do curso e minha orientadora Virzângela Sandy, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções, incentivos, pelo convívio, apoio e compreensão. E aos professores que durante esses 4 anos com muita dedicação nos nortearam.

E o que dizer a vocês Aline, Almir, Amélia, Bruno, Daniele, Fatima, Giselia, Ivamir, Natália, Necilda, Rafael, Rebeca, Samara, Vandeliro, Vanessa. Obrigada pela paciência, pelo incentivo, pela força e principalmente pelo carinho. Valeu a pena toda distância, todo sofrimento, todas as renúncias... Valeu a pena esperar... Hoje estamos colhendo juntos os frutos do nosso empenho! Esta vitória só foi possível porque vocês nunca desistiram de mim.

Sou eternamente grata!

Epígrafe

“Tem que correr, correr
Tem que se adaptar
Tem tanta conta e não tem grana pra pagar
Tem tanta gente sem saber como é que vai
Priorizar
Se comportar
Ter que manter a vida mesmo sem ter um lugar
Daqui pra frente o tempo vai poder dizer
Se é na cidade que você tem que viver
Para inventar família, inventar um lar
Ter ou não ter
Ter ou não ter
Ter ou não ter
O tempo todo livre pra você
O banco, o asfalto, a moto, a britadeira
Fumaça de carro invade a casa inteira
Algum jeito leve você vai ter que dar
Sair pra algum canto, leva na brincadeira
Se enfia no mato, na cama, na geladeira
Ter algum motivo para se convencer
Que o tempo vai levar
Que o tempo pode te trazer
Que as coisas vão mudar
Que as coisas podem se mexer
Vai ter que se virar para ficar bem mais normal
Vai ter que se virar para fazer o que já é
Bem melhor, menos mal, menos mal
Mais normal”

(Tulipa Ruiz)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso intitulado “A Jornada de Trabalho: tensões e dilemas entre trabalho e família”, buscou analisar como o trabalho interfere na qualidade de vida no trabalho e nas relações familiares dos trabalhadores e trabalhadoras em uma empresa calçadista da cidade de Horizonte. Teve como objetivo específico apontar o grau de satisfação em relação àquela empresa na qual trabalham; identificar como ocorre a relação entre trabalho e tempo livre; e, por fim, apresentar como ocorre a divisão de trabalho doméstico nessas famílias. Os sujeitos da pesquisa foram casais funcionários da empresa citada que residem na cidade Horizonte. Para atingir tais objetivos, traçou como percurso metodológico a pesquisa qualitativa, bibliográfica e quanto a pesquisa de campo foi utilizado um questionário com perguntas abertas para que os pesquisados se sentisse livre em responder de acordo com as suas realidades. Podemos perceber com base nas respostas que, não existe qualidade de vida no trabalho e que os funcionários estão sobrecarregados de demandas internas da empresa, e com isso a família é atingida pela falta de tempo e disposição para um convívio familiar adequado.

Palavras-chave: Trabalho, Qualidade de vida do trabalhador e família.

ABSTRACT

The present work, entitled "The Working Journey: tensions and dilemmas between work and family", sought to analyze how work interferes in the quality of life at work and in the family relations of the workers in a footwear company of the city of Horizon. It had as specific objective to indicate the degree of satisfaction with that company in which they work; Identify how the relationship between work and free time occurs; And, finally, to present how the division of domestic labor occurs in these families. The subjects of the survey were married employees of the cited company residing in the city Horizonte. In order to reach these objectives, the qualitative, bibliographic research methodological trajectory was outlined and the field research was used a questionnaire with open questions so that the respondents felt free to respond according to their realities. We can perceive from the answers that there is no quality of life at work and that employees are overwhelmed with internal demands of the company, and with this the family is affected by the lack of time and disposition for an adequate family life.

Keywords: Work, Quality of life of the worker and family.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF Constituição Federal
CLT Consolidação das Leis do Trabalho
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS Organização Mundial da Saúde
OPAS Organização Pan-Americana da Saúde
QVT qualidade de Vida no Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PERCURSO METODOLÓGICO	18
2.1 Relatos da aproximação com o objeto de estudo	18
2.2 Apresentações do campo da pesquisa, a imersão em campo e apresentação dos sujeitos.	21
3 DISCUSSÕES CONCEITUAIS SOBRE TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	24
3.1 Anotações sobre a história do trabalho e suas transformações ao longo do tempo.....	24
3.2 A concepção de Karl Marx sobre trabalho e mais-valia.	27
3.3 Modelos de produção na indústria.	34
3.4-Toyotismo e a Reestruturação Produtiva.	37
4 FAMÍLIA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO; CONVERSA ENTRE TEÓRICOS E RELATOS DA PESQUISA DE CAMPO	43
4.1 Algumas considerações sobre qualidade de vida.....	43
4.2 As transformações das famílias e qual o papel da mulher na atualidade.....	50
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICES	64
APÊNDICE A- Questionário.....	65
ANEXOS A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	67

1. INTRODUÇÃO

A humanidade sonha com uma melhoria de vida, busca e almeja um crescimento profissional, uma estrutura familiar estável e paz de espírito. Entretanto essa procura vem trazendo outros resultados: o percurso entre o desejo e a aquisição da sonhada vida vem trazendo adversidades e o preço que se paga é muito alto, correndo o risco de não chegar onde se espera.

De acordo com o Ministério da Previdência Social, em 2010, foram dadas 65 licenças trabalhistas a cada hora; os transtornos mentais ocupam a terceira posição entre as causas de concessão de benefícios previdenciários. A Organização Mundial de Saúde aponta a depressão como a quinta maior questão de saúde pública do mundo, liderando as doenças mentais dos trabalhadores, alertando que até 2020 será a doença mais incapacitante para o trabalho, perdendo apenas para as doenças cardíacas.

Segundo o Professor Nilson de Oliveira Nascimento, a evolução histórica e legislativa brasileiras mostram que apenas recentemente preocupou-se com a limitação da duração da jornada de trabalho. Somente em 1932 é que foi fixada uma jornada de trabalho de 8 horas para os trabalhadores do comércio. E em 1933 leis esparsas fixaram a jornada de trabalho nas barbearias, farmácias e panificação.

Segundo o mesmo autor, também em 1933 leis fixaram em 6 horas a jornada de trabalho nas casas de diversões nos bancos e casas bancárias e em 7 horas nas casas de penhores. Já em 1934 foram editadas leis para fixar em 8 horas a jornada dos trabalhadores que atuava em transportes terrestres, armazéns, hotéis, restaurantes e frigoríficos. No mesmo ano, foram promulgadas leis que estabeleciam uma jornada de 6 horas para os empregados em telegrafia, radiotelegrafia e radiotelefonía.

Já, conforme João Vilaverde (2014) o brasileiro passou mais tempo no trabalho nesse último ano, que em anos anteriores. Esse dado foi observado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Observe-se que a jornada de trabalho foi se modificando durante o passar dos anos. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1937 em seu artigo 137,

inciso “i” especificou o: *“dia de trabalho de oito horas, que poderá ser reduzido, e somente suscetível de aumento nos casos previstos em lei.”*

Apesar disso, somente em 1943 que a legislação sobre jornada de trabalho ganhou pulso definitivo no Brasil. Conforme comenta Nascimento:

Em consequência das profundas modificações sociais e políticas implementadas por Getúlio Vargas, foi editada a Consolidação das Leis do Trabalho, que no seu Capítulo II, trata da Duração da Jornada de Trabalho, que é composta de várias seções, que dispõem sobre jornada de trabalho, períodos de descanso, trabalho noturno e quadro de horário. (p.4)

Com a evolução dos direitos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) modificou a orientação até então seguida pelas constituições anteriores estabelecendo em seu artigo 7º e inciso XIII, que refere-se aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais: *“duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada à compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”*.

O artigo 58 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) também disciplina que a duração normal do trabalho não poderá ultrapassar o limite de oito horas diárias.

Ao estabelecer essa jornada de trabalho, buscou-se prevenir aos trabalhadores uma sobre carga exaustiva como acontecera no início da revolução industrial, e se arrastara por décadas.

Tal limitação tem o fim de garantir ao trabalhador o direito de horas de descanso e de tempo livre, e encontra seu fundamento em aspectos físicos (relacionados com a necessidade do trabalhador se restabelecer da fadiga e do cansaço do trabalho), aspectos sociais (relacionados com a necessidade de o empregado ter de uma vida social, em companhia da família, desfrutando de lazer e descontração) e aspectos econômicos (relacionados com a necessidade de impor um gravame pecuniário ao empregador como forma de evitar o excesso na jornada de trabalho).

Cristian Marcello Manãs diz que:

A limitação da jornada justifica-se pelo desgaste físico e mental e pela necessidade de dignificar o empregado, oportunizando-lhe um convívio

social e familiar, além de servir como mecanismo de combate a existência de doenças profissionais e acidentes de trabalho. (MANÃS, 2005, p. 118)

Discute-se, também, além da relação de trabalho, a carga horária trabalhista na sociedade contemporânea, a qualidade de vida, o tempo livre, entre outros temas, tendo em vista que a sociedade precisa ter um olhar diferenciado para esses fenômenos. De acordo com o filósofo polonês Zygmunt Bauman:

Nós somos responsáveis pelo outro, estando atento a isto ou não, desejando ou não, torcendo positivamente ou indo contra, pela simples razão de que, em nosso mundo globalizado, tudo o que fazemos (ou deixamos de fazer) tem impacto na vida de todo mundo e tudo o que as pessoas fazem (ou se privam de fazer) acaba afetando nossas vidas. (BAUMAN, 2001, p.75).

Desse modo, não somos interdependentes, mas estamos interligados às várias redes existentes, nos tornando dependentes uns dos outros para viver no mundo pós-moderno. Essa necessidade ocorre dentro do contexto de uma vida frenética. A conciliação do trabalho com a família tem gerado tensões. Os dados do IBGE mostram inclusive que o divórcio tem aumentado. No ano de 2014, foram realizados 9.012 divórcios.

Mas, também, a constituição de família foi se modificando ao longo do tempo, e os papéis de cada componente sofreram alterações. Temos a queda da taxa de fecundidade, redução de casamentos, aumento de divórcios e alteração na composição familiar, todas essas mudanças trazem consigo ônus e bônus. A mulher está mais ativa no mercado de trabalho do que em décadas passadas, mas, mesmo com a absorção da mão de obra feminina, elas ainda sofrem com a desigualdade salarial, o que ainda perdura entre homens e mulheres.

Dentre as diferenças existentes, há a sobrecarga da mulher dentro do dia a dia no núcleo familiar. O tempo que outrora tinha para se dedicar apenas aos afazeres domésticos, hoje tem que ser compartilhado com o trabalho externo. Tudo isso devido ao custo com moradia, educação, saúde e alimentação, que está cada vez mais alto, e com o salário mínimo que não supre as necessidades regulares,

sem mencionar as ocorrências extraordinárias. Além disso, a submissão ao empregador, e, ainda, o perceptível dilema quanto à educação dos filhos.

A respeito da interferência da profissão na vida familiar: a atividade profissional deixa os pais ligeiramente mais cansados para realizarem atividades em casa, que as mães. Quanto ao uso de capacidades profissionais nas tarefas de casa, verifica-se que ela tende a usar mais as habilidades profissionais em casa, que os pais. No que se refere à disponibilidade para as atividades de casa em proporção às profissionais, nota-se que as mães dedicam mais tempo que os pais, de acordo com Simões e Hashimoto (2012).

Atualmente, torna-se tarefa árdua conciliar a vida familiar, o casamento e a profissão, os sonhos, projetos e ideais de educação de cada um dos cônjuges. Ao se envolverem no processo de educar seus filhos os pais podem ver-se num conflito de valores onde o seu desejo está em não reproduzir os padrões educativos utilizados por seus pais e ofertar às novas gerações melhores condições de vida e ofertar um relacionamento entre pais e filhos permeado pela afetividade e intimidade. Entretanto, os pais, nesse interjogo, podem perceber que não têm um referencial próprio para educar seus filhos ou, ainda, tentam criar parâmetros idealizados de como educar porque parece que sempre há uma maneira correta ou ideal do adulto se posicionar frente ao filho. (SIMÕES e HASHIMOTO 2012, p.15-16)

De acordo com os autores supracitados, a educação dos filhos parte do desejo dos pais em fazer o melhor, em dar o melhor para os filhos mais do que receberam de seus pais, no entanto, acaba perdendo a referência e cria uma ideia de padrão no educar.

Diante a problemática apresentada, urge desenvolver um trabalho científico que responda a seguinte questão: Como a jornada de trabalho interfere nas relações familiares de trabalhadores e trabalhadoras do setor calçadista da cidade de Horizonte?

A pesquisa teve como objetivo geral analisar como a jornada de trabalho interfere na qualidade de vida e nas relações familiares, a partir das narrativas dos trabalhadores que atuam em uma empresa calçadista no referido município. Além disso; de maneira mais específica apontar o grau de satisfação em relação àquela empresa na qual trabalham; identificar como ocorre a relação entre trabalho e tempo livre; e, por fim, apresentar como ocorre a divisão de trabalho doméstico nessas famílias.

É preciso que se delimite as categorias analíticas que darão embasamento para melhor desenvolver a pesquisa, no caso dessa temática serão apresentadas as seguintes categorias analíticas: trabalho, qualidade de vida e família, as quais vamos ao longo da pesquisa apresentar diversas discussões.

A importância de estudar sobre família, carga horária de trabalho e as tensões pela falta de tempo é, sem dúvida, instigante. Tais indagações e incertezas são transformadas através das pesquisas e leituras. Sobre isso se faz necessário estudo aprofundado, não se podendo negligenciar os acontecimentos da época atual.

Existem vários estudos que comprovam que as pessoas estão se isolando, tornando-se frias, construindo barreiras em vez de laços afetivos, transformando amigos em concorrentes, familiares em pesos a carregar, trabalhos em fonte de renda, mas não liberdade, isso quando é bem pago, quando não, ficamos escravos do processo e daqueles que nos detém.

Estudar esse tema é bem mais que simplesmente perceber, é fazer algo é construir uma ideia e disseminar para os demais, e que possa gerar em outras estudantes o mesmo desejo de olhar para realidade, para rotina, e quebrar o comodismo de pensar que não vai mudar, que só vai ser mais uma pesquisa e que estará em uma prateleira de uma biblioteca, mas ter a convicção de que está colaborando para um mundo menos alienado, onde se aceita o que nos é dado e nada mais.

Por isso, somar-se-á esse estudo a outras pesquisas, a fim de agregar conhecimentos e experiências, dando a oportunidade para novas formas de ver uma realidade, levando em considerações às vivências e peculiaridade dos pesquisados

Conforme Minayo (2000, p.16) “a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, é o que nos norteia em busca das respostas que nos inquieta para termos uma visibilidade e apreensão da realidade proposta.

A pesquisa fora de natureza qualitativa, de caráter exploratório, estimulando aos pesquisados a compartilhar suas vivências, tendo em vista que a pesquisa tem sua natureza em diversos significados, onde nada é trivial e os meandros do

cotidiano são de extrema relevância para a compreensão e o resultado de forma mais abrangente e autêntica dos interrogados. Conforme esclarece Minayo (1994):

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...] não se preocupam em quantificar, mas, sim, em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultadas da ação humana objetivada (MINAYO, 1994, p.21).

Para ampliar nosso leque de conhecimento a cerca da temática em pesquisa, foram consultados diversos autores, que auxiliaram no embasamento do estudo. Ademais dispus de pesquisa bibliográfica, em que foram utilizados livros que trazem a mesma temática, e assim enriquecer e aprofundar essa discussão. Conforme Fonseca(2002),

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Para atender o objetivo da pesquisa, adotei a pesquisa de campo, posto que, procura o aprofundamento de uma realidade específica por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e entrevistas para captar as explicações, interpretações do que ocorrem naquela realidade. Segundo Gonçalves (2001).

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].(GONÇALVES, 2001 p.67)

Quanto ao campo de pesquisa ocorreu em uma empresa de grande porte, das quais é de natureza calçadista, sendo cinco unidades, a unidade que ocorre a pesquisa está localizada no Ceará, na cidade de Horizonte.

Quanto ao universo da pesquisa, a empresa possui o de 16.000 empregados distribuídos por 5 filiais que se localizam em território nacional e internacional. A pesquisa dar-se-á na sucursal de Horizonte/CE, que contém cerca de 8.800 funcionários em seu total entre os turnos manhã, tarde e noite.

Os sujeitos da pesquisa foram casais que residem na cidade de Horizonte, e que trabalham na empresa supracitada, independente de turnos, podendo ter filho(s) ou não.

A coleta de dados sucedeu por meio de questionário, com perguntas abertas, onde os questionados respondiam de forma clara quando indagados sobre temáticas que estão na pesquisa. Optou-se por este método pela urgência da pesquisa.

Os pesquisados ficaram cientes do sigilo das informações repassadas e que não haverá uma quebra do código de ética, de posse dos dados coletados através dos formulários preenchidos.

No que diz respeito à estrutura da pesquisa dividiu-se em três capítulos. O primeiro capítulo tem o percurso metodológico, que é o relato de todo o trabalho desenvolvido desde a aproximação com o objeto e o caminho em que sucedeu a pesquisa até apresentação dos participantes.

O segundo capítulo versa discussões sobre trabalho. Alguns autores que trabalham sobre esse prisma conversam entre si, então apresentou-se um panorama de ideias. Esse capítulo está dividido em alguns subtópicos: conceito de trabalho, a evolução ao longo do tempo, conceito de Marx sobre trabalho e mais valia e reestruturação produtiva

O terceiro capítulo aborda a qualidade de vida do trabalhador, por último, mas não menos importante se discutirá os vínculos familiares. Tais assuntos estão entrelaçados com as respostas dos participantes. Veremos, então, no próximo capítulo, como ocorreu a aproximação com objeto e, ainda, a apresentação dos participantes.

2. PERCURSO METODOLÓGICO.

2.1 Relatos da aproximação com o objeto de estudo.

O meu¹ olhar para o tema da pesquisa foi surgindo no decorrer da graduação, alguns professores traziam discussões pelas quais me faziam questionar o cotidiano das famílias, o tempo gasto no trabalho, ausência dos pais no acompanhamento dos filhos e convívio familiar.

As discussões em sala sobre o que é trabalho, a força de trabalho a precarização da mão de obra, o desmonte dos direitos sociais e como a família está inserida dentro dessa sociedade, fizeram com que surgisse uma inquietação nos meus pensamentos.

A partir de então, pude me perceber dentro da sociedade como mais uma pessoa ocupada demais, sobrecarregada de responsabilidades e cansada de uma rotina sem fim. Detectei, então, que eu e muitas pessoas que me cercavam estávamos vivendo sem perceber que o tempo estava passando.

Em pleno século XXI, no meio de tanta modernidade e desenvolvimento, vivemos sobre o pesado jugo do capitalismo, onde precisamos trabalhar em horários desgastantes, onde há uma limitação da vida, e o seu tempo torna-se raquítico. As relações pessoais se tornam escassas, já que o horário de trabalho não proporciona o fortalecimento de vínculo. O que ocorre também na família. Falamos muito nesta porque é por sua causa que enfrentamos os desafios da sociedade contemporânea.

Não muito diferente dos demais trabalhadores, que tem que gerir suas vidas em torno de seus ideais e sua realidade, me encontro nessa correria de conciliar o tempo entre a família e a vida social. Isso me causa um desgaste e desconforto, já que tenho que harmonizar todas as tarefas para um melhor resultado, ao me observar e analisar as pessoas que estão no meu convívio, percebo que muitos tem uma vida frenética e há uma lamúria por não conseguir dar conta de todos os deveres, gerando um descontentamento e uma frustração.

1

Peço licença ao leitor para me referir a primeira pessoa do singular, pois faz parte da minha aproximação com o objeto de estudo.

Essa inquietação partiu de onde resido. O município de Horizonte é um polo industrial e com isso os horários de trabalho são bem diversos, o que acaba dificultando ainda mais o convívio familiar, o acompanhamento dos filhos e o lazer. Diante disso optei por circunscrever a minha pesquisa as tensões e atritos que giram o entorno do cotidiano das pessoas que trabalham por turnos, e que tem que gerenciar o seu tempo em horários diferentes do horário comercial.

Por um período da minha vida, acompanhei de perto, crianças de uma escola pública. Nesse ínterim ouvi várias lamentações dos estudantes em relação ao curto tempo em que os pais se dedicavam a eles e pude perceber dentro de um censo comum, uma tristeza e carência.

A priori, até pensei que era por negligência dos pais, mas no decorrer do ano em que estive em contato com eles, percebi que em alguns casos os pais se doavam por inteiro aos filhos, todavia não era o suficiente já que isso correspondia ao horário em que eles estavam acordados e juntos, que não era muito tempo.

Distingui que havia uma mudança de comportamento das crianças quando retornava a escola na segunda feira, era como se houvesse um rompimento de afetividade já que na semana o convívio é menor, e não é só a criança que senti esse afastamento os pais também sofrem, sentem falta.

Mas, eles têm que ser firmes, não podem ceder aos pedidos dos filhos para ficar só mais um pouquinho já que tem horários, pontos a bater. A opção é delegar os filhos a outras pessoas, para que eles possam ter educação, amor, atenção e, na maioria das vezes essas afetividades não são dadas. Acredito, de forma leiga até, que ficarão sequelas dessa nova forma de viver.

Essas reflexões me remeteram a vários momentos da minha vida em que me dediquei a um trabalho, pelo qual recebi em troca: uma doença causada por esforço repetitivo, estresse, afastamento do meu ciclo familiar e infelicidade. A época, parecia ser algo normal e até aceitáveis todas as percas que eu ia tendo.

Ao compartilhar minhas lamurias para colegas e amigos, recebia como resposta as suas lamurias, contando as mesmas situações, mudando apenas as personagens. Contudo, dentro do meu ser, não conseguia achar normalidade em um indivíduo exercer várias tarefas durante o dia, em trabalhos desgastantes, dar conta

da sua saúde e da sua família, suprimindo as carências que vão surgindo no decorrer das suas relações.

Essa ideia ocorreu pelo fato de eu ter começado a trabalhar aos 16 anos, ter que conciliar isso com os meus estudos. Desde então fui mudando de empresa e trabalhando em turnos diversos.

A maioria das empresas que trabalhei não tinha nenhum programa de qualidade de vida para o trabalhador, não valorizava os funcionários, nem cumpriam as leis trabalhistas. No entanto, exigia-se metas batidas e qualidade no serviço prestado, isso sem se quer fazer a contratação da mão de obra como determina a CLT, apenas como prestador de serviço, negligenciando as leis trabalhistas.

Muitas das vezes, depois de um dia inteiro de trabalho, saía da cidade onde ficava localizado o meu trabalho e me locomovia para outra cidade com a finalidade de estudar, e só depois é que eu chegava a uma 3ª cidade, onde eu residia, já cansada, e ainda tinha que fazer as tarefas domésticas, ser uma boa mãe e, mesmo exausta, quando estava casada, ainda tinha que ser uma boa esposa.

Através do projeto de pesquisa no 5º semestre, onde a professora falou para escolhermos um tema que nos inquietasse, me veio um mundo de sugestões. Com a orientação da professora Laurieni Marreiro o meu tema foi se delimitando, e se tornado mais específico, até que chegamos a um denominador comum, que foi observar e estudar como a jornada de trabalho interfere nas relações familiares que convivem com jornada de trabalho exaustiva e como é a qualidade de vida desse trabalhador.

Durante a construção do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I, tive como orientador o professor Assis Mota, o qual me orientou nas escolhas de alguns autores para compor o embasamento teórico e, assim, construir o embasamento da pesquisa e enriquecer o um grande dialogo de teorias.

Já na produção da monografia tive como Orientadora, a doutoranda Virzângela Sandy, que com suas orientações lapidamos todo o trabalho e organizamos todo material, orientando como proceder com a pesquisa de campo.

Nesse próximo tópico vamos conhecer o campo da pesquisa e os participantes.

2.2 Apresentação do campo da pesquisa, a imersão em campo e apresentação dos sujeitos.

A pesquisa de campo ocorreu no período de abril a junho do corrente ano de 2017, e aconteceu na cidade de Horizonte/CE, com os trabalhadores de uma indústria calçadista.

Como já dito, optei como instrumento da coleta de dados o questionário com perguntas abertas, tendo em vista que os funcionários dessa empresa trabalham por turnos e dificilmente encontraria os casais em casa no mesmo horário durante a semana, logo só teria como coletar os dados aos fins de semana, que é exatamente o tempo livre em que eles tem para distribuir de acordo com as suas necessidades. Isso também tendo em vista minha disponibilidade de tempo, razão pela qual não se pode optar por fazer entrevistas e trazer relatos aprofundados.

A coleta de dados se deu em duas(2) etapas. Na primeira buscou-se encontrar casais que quisessem participar. Isso ocorreu através de abordagens defronte à empresa, no momento da saída dos funcionários. Expliquei o intuito da pesquisa que era analisar de que forma a carga horária de trabalho em que estão inseridas, interfere em suas vidas após o horário laboral e em que momento, eles disponibilizam de tempo para se dedicar a outras atividades como cuidar dos filhos e dispor de tempo para os conjugues.

Os funcionários que eu ia abordando na saída da empresa não davam muita importância e não queriam falar pois achavam que poderiam ser demitidos, aos que aceitaram participar da pesquisa, porém com muito receio entrei em contato por telefone.

A 2º etapa se deu na residência dos participantes, expliquei termo de consentimento livre e a não remuneração por participar de pesquisa, e apresentarei os aspectos éticos da pesquisa que está contido na resolução CNS 466/12, tais como a respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida.

O primeiro casal que aceitou a participar foi o casal Sousa, o relacionamento deles é uma união estável. A esposa, Maria será o pseudônimo, tem 33 anos de idade é natural da cidade de Chorozinho/Ce, possui o ensino médio completo. O esposo, João será seu pseudônimo, tem 29 anos, é natural da cidade de Morada Nova/Ce, possui o ensino médio completo e tem um filho de um relacionamento anterior.

No dia 07 de abril deste 2017, liguei para Maria Sousa, buscando marcar com ela e seu esposo, na residência de ambos, no dia 09 de abril. Contudo, a mesma disse que viajaria, mas quando voltasse me ligaria. Fez, ainda, várias perguntas antes do encontro pois tinha receio de que seu companheiro não quisesse responder. Expliquei que não era complicado e que ficassem tranquilos quanto as respostas.

No dia 15 de abril a Sra. Maria Sousa entrou em contato, avisando que estaria livre no dia seguinte, domingo, perguntando se o encontro poderia naquele dia.

No dia 16 de abril as 9h, fui em sua casa e entreguei os questionários. O casal foi muito receptivo. Fiquei acompanhando enquanto respondiam, tirando algumas dúvidas, por haver no questionário palavras que eles não conheciam. Suas respostas foram sucintas, mas de grande valor.

O segundo casal a participar foi o casal Silva, o relacionamento deles é união civil, e são pais de um filho. A esposa, Camila será o pseudônimo, tem 31 anos de idade, é natural da cidade de Quixadá/Ce, possui o ensino médio incompleto. O esposo, Roberto será seu pseudônimo, tem 46 anos de idade é natural da cidade de Horizonte/Ce, possui o ensino fundamental completo.

Entrei em contato com senhor Roberto por telefone no dia 5 de maio para marcar a ida em sua casa. Ele me atendeu de prontidão e falou que só podia responder o questionário no dia 13 de maio, então marcamos para o dia proposto por ele as 12h, pois era o horário em que sua esposa chegava do trabalho e que os dois estavam em casa, já que a partir das 14h ele entrava na empresa estando então livre apenas nesse intervalo de tempo. Ao chegar no dia marcado eles me receberam muito bem, ficaram em dúvidas quanto alguns termos usados nas perguntas, mas esclareci os mesmos.

O terceiro casal a participar foi o casal Campos, o relacionamento deles é união civil, pais de um filho. A esposa, Lia será o pseudônimo, tem 29 anos de idade é natural da cidade de Fortaleza/Ce, possui o ensino superior incompleto. O esposo Afonso seu pseudônimo, tem 31 anos de idade é natural da cidade de Quixadá/Ce, possui o ensino médio incompleto.

Entrei em contato com a Sra. Lia no dia 1º de junho para agendar a minha visita. Ela, muito prestativa e querendo colaborar, pois entende a importância da pesquisa, marcou para o dia 03 de junho, as 14h. Ao chegar em sua casa expliquei todas as perguntas e de prontidão responderam e até discutimos sobre o tema.

No próximo capítulo aludiremos sobre o conceito de trabalho, processo histórico, conceito de Marx sobre o tema, sistemas de produção e reestruturação produtiva.

3.DISSCUSSÕES CONCEITUAIS SOBRE TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.

3.1 Anotações sobre a história do trabalho e suas transformações ao longo do tempo.

Neste capítulo aludiremos sobre trabalho, desde a etimologia da palavra, conceito, história, sistema econômico e modelos de produção capitalista, reestruturação produtiva e um leve apanhado sobre as leis trabalhistas no Brasil.

Para entendermos o que é o trabalho precisamos compreender a origem da palavra, de acordo com Albornoz (1994, p.10) a palavra trabalho vem do latim *tripalium*, termo empregado para apontar aparelho de tortura, ou mais “especificamente, aparelho realizado de 3 paus aguçados, algumas vezes também munidos de pontas de ferro, nas quais agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los” logo percebemos que o trabalho é visto como algo ruim.

Na era medieval foi caracterizado por trabalho, o trabalho rural, ligado à posse de terras. Os gregos se dividiam entre trabalhar na terra, a confecção do artesão e o trabalho livre, que discutia as questões da sociedade. O trabalho na terra possuía, originalmente, brio e admiração, uma vez que estabelecia uma ligação com deus, que regia a produtividade da terra e os ciclos naturais. Os artesãos visavam a qualidade do produto não aspirando a renda, porém houve uma mudança nessa forma de ver o trabalho (Durant, 1955, p.273)“aos poucos, o trabalho do camponês foi substituído pelo escravo, já que era mais conveniente comprar um indivíduo inteiramente submetido ao seu dono do que contratar um homem livre”.

Conforme Ramos(2009) a escravidão se justifica no pensamento grego como uma decorrência da hierarquia dos valores. O escravo é verdadeira máquina viva, vocacionalmente destinado a obedecer. Faz parte da comunidade doméstica junto a outros bens, objetos e animais, e carecem da temperança, da coragem e da justiça, virtudes nobres, possuindo apenas as virtudes de um bom instrumento.

Já nos primeiros tempos do cristianismo, o trabalho era atendido como dever penoso e humilhante, como castigo para sua culpa. Ao ser condenado, Adão teve

por expiação trabalhar para passar a ter o pão com o esforço de sua própria face. A labuta adquire por isso uma acepção intrínseca, segundo Albornoz (1994, p. 59), “*as causas para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas consequências*” percebemos então que para o autor trabalho faz parte da essência humana.

No sistema escravista descreve Vianna (1984) que, a escravidão era considerada um acontecimento reto e imprescindível, tendo Aristóteles, completado a ciência prévia, assegurado que, para alcançar cultura, era indispensável ser abastado e desocupado e que jamais seria possível tal coisa sem a escravidão. A existência da escravidão nos tempos medievais era possível pelo amplo número de cativos, principalmente entre os bárbaros e infiéis que eram comercializados como escravos nos mercados de onde seguiriam para o oriente mais próximo.

De acordo com o mesmo autor sob diversos motivos e títulos, a escravidão dos povos mais fracos avançou por vários séculos; em 1452 o Papa Nicolau liberava o rei de Portugal a batalhar e diminuir à escravidão todos os muçulmanos, e em 1488 o rei Fernando, o Católico, dava dez escravos ao Papa Inocência VIII, que os espargia entre as autoridades. Mesmo com a queda da Constantinopla em 1453, a escravidão permaneceu e tomou aumento com o descobrimento da América. Os espanhóis escravizavam os indígenas das terras descobertas e os portugueses não só aqueles, como também faziam invasões na costa africana, usurpando escravos para trazer para as terras do Novo Continente. Com a queda do sistema escravista surge um novo sistema, conhecido como feudalismo.

Dentro do sistema feudal de acordo com Rubano e Moroz (2003), o que se tinha valor monetário de troca no feudalismo era o feudo. Isso simbolizava que numa determinada extensão de terra tanto eram produzidos os bens necessários para a manutenção de seus habitantes. Nele se fortaleciam a produção agrícola, indústria caseira, criação de animais, e a troca de produtos de diferentes espécies, atividade defendias principalmente ao próprio feudo; as trocas casuais entre os feudos ocorriam em menor escala e tinham importância econômica. Sendo a produção principalmente agrícola, a sustentação econômica do feudalismo era, portanto, a terra. Além de essencial para a economia, a repartição da terra interferiu nas relações que se estabeleceram nesse época.

A terra fornecia praticamente todas as mercadorias de que se precisavam e, assim, apenas a terra, era o que determinavam a riqueza de quem o possuía. Ainda segundo Rubano e Moroz (2003), o primordial no feudalismo era o elo pessoal, por meio da relação entre suserano e vassalo (quer entre nobres, quer entre membros da igreja) ou entre senhor e servo. O proprietário de grandes extensões de terra, ao fornecer parte dela a um indivíduo, ganhava em troca a prestação de serviços; assim, criava-se uma relação de vínculo pessoal entre aquele que cedia a terra e o indivíduo que a recebia, e, embora existisse a relação de dominação, havia obrigações mutuas entre as partes.

O sistema feudal entrou em crise no século XIV por diversos fatores com o crescimento da burguesia nas cidades medievais, revoltas dos camponeses e as doenças da época como a peste negra. Com a transição do sistema feudal para o capitalismo o correu varias mudanças no sistema econômico. O sistema primordial era o sistema familiar, o que ainda existe em algumas sociedades. Entre o sistema familiar ou doméstico e o sistema fabril surgiram as fábricas, utilizando máquinas a vapor, obteve-se uma melhor produtividade, uma maior divisão do trabalho e, por fim, o aumento da produção.

Entrando em ascensão normal o sistema capitalista de produção, que de acordo com Gomes e Gottschalk (1990), que foi incrementado pela revolução industrial, que sucedeu um grande avanço das ciências no século XIX. Nesse contexto reuniu os operários em unidades de produção, em péssimas condições de trabalho. A ideia inicial básica passou a ser a obtenção do lucro empresarial a qualquer custo, o trabalhador era visto como mais uma parte do processo produtivo que não se preocupava com a dignidade do trabalho humano.

Com a chegada das máquinas a vapor nas fábricas o que se esperavam é que fossem para facilitar o trabalho e fazer com que o trabalhador tivesse menos desgastes no entanto, vejamos qual era a situação dos seres humanos dentro das fábricas de acordo com Sússekind (2001, p. 7-8)

[...] Estes se tornaram mais poderosos com o aumento da produção fabril, resultante da utilização dos teares mecânicos e da máquina a vapor, e as conquistas de novos mercados, facilitada pela melhoria dos meios de transporte (revolução industrial); aqueles se enfraqueceram na razão inversa da expansão das empresas, sobretudo porque o Estado não impunha aos empregadores a observância de condições mínimas de

trabalho e ainda proibia a associação dos operários para a defesa dos interesses comuns [...]. A utilização cada vez maior da máquina a vapor, que poderia ter acarretado a diminuição das jornadas de trabalho e a elevação dos salários, como consequência do maior rendimento do trabalho produzido, teve, paradoxalmente, efeitos diametralmente opostos. [...] Nem a liberdade formal nem a máquina libertaram o homem. [...]

O capitalismo foi e continua sendo, um sistema cuja ferramenta mais usada é a exploração da mão de obra, devido à concentração de riquezas nas mãos dos grandes capitalistas. Veremos no próximo tópico o conceito de Karl Marx sobre trabalho e mais valia, vale ressaltar que o autor vivenciou esse momento histórico e é conhecido por suas críticas ao sistema capitalista.

3.2 A concepção de Karl Marx sobre trabalho e mais-valia.

O trabalho se tornou fundamental para caracterizar o ser social, ele diferencia os animais dos seres humanos pela capacidade de criar, por ser um transformador da natureza, de idealizar, prever algo em que deseja realizar e também é o que humaniza. Como mostra Marx (1985):

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1985a, p.149-150).

Podemos entender deste trecho que não basta modificar a realidade, é necessário afamar idealmente a transformação da classe. Todos os animais são capazes de modificar a classe e, realmente, a transformam, porém não podemos por causa disso certificar que eles exerçam qualquer exercício que seja tragada de trabalho. Marx caracteriza o trabalho, de um ponto de vista geral, como a interação entre o homem e a natureza, com o objetivo de transformar a natureza nos bens necessários à sobrevivência do homem. Vejamos o que ele nos relata Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de

apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1983, p.149)

Em outras palavras Marx fala que o homem utiliza de seu corpo para transformar a natureza em uma algo que seja útil para ele e com essa mudança ocorre uma transformação interna. Continuaremos com os relatos de Marx:

Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. (Marx,1983:149)

As diferenças apresentadas por Marx entre o homem e o animal é o fato de que os seres humanos conseguem idealizar o que pretendem fazer e com isso o põem em prática sem ser por instintos, já os animais trabalham por instintos e não pensam sobre o que estão fazendo ou o que vão fazer. Ele continua a dizer que:

Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios(Marx, 1983:149).

Marx conclui que para o trabalho acontecer todo o corpo humano interage desde os pensamentos, a força de vontade em que o corpo se submete para exercer uma função com determinado fim.

Lukács, que bebe de Marx, também traz sua colocação para definir esse homem humanizado. De acordo com o mesmo “o trabalho é, antes de tudo, em

termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si". (Lukács, 1979, p. 87).

Para Marx, o processo de trabalho, vai adiante de todos os aparatos técnicos que o constitui (objeto de trabalho, meios de trabalho, etc.), depende basicamente do componente que ele denomina de trabalho vivo (entenda o trabalhador). É esse o componente encarregado de modificar valores de uso possíveis em valores de uso reais. Sem o trabalho vivo não existe nenhuma produção de valores de uso, é inviável o processo de trabalho sem ele. De acordo com Marx:

O trabalho [vivo], com a sua chama, delas [das coisas] se apropria, como se fossem parte do seu organismo, e, de acordo com a finalidade que o move, lhes empresta vida para cumprirem suas funções; elas são consumidas, mas com um propósito que as torna elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos que podem servir ao consumo individual como meios de subsistência ou a novo processo de trabalho como meios de produção (MARX, 2010, p. 217).

É o trabalho vivo ainda o principal elemento que engendra aquilo que Marx denomina de consumo produtivo. O consumo produtivo é consumo dos meios e do objeto de trabalho, e por isso se distingue do consumo individual. Aquele tipo de consumo é de fundamental importância porque é através dele que se dá a produção dos objetos (valores de uso) que são indispensáveis à existência humana. A respeito disso Marx afirma:

A produção é também imediatamente consumo. Consumo duplo, subjetivo e objetivo. [Primeiro]: o indivíduo, que ao produzir desenvolve suas faculdades, também as gasta, as consome, no ato da produção, exatamente como a reprodução natural é o consumo de forças vitais. Segundo: produzir é consumir os meios de produção utilizados, e gastos, parte dos quais (como na combustão, por exemplo) dissolve-se de novo nos elementos universais. (...) O próprio ato de produção é, pois, em todos os seus momentos, também ato de consumo (MARX, 1974, pp. 114 e 115).

Marx continua a dizer que o trabalho criador de valor de uso é trabalho concreto e especial que, no que concerne à forma e à matéria, se decompõe em modos de trabalho infinitamente vários. Denomina-se de trabalho concreto o formato específico de trabalho que tem como finalidade a produção de valores de uso, ou

melhor, dizendo, mercadorias que não têm como propósito o mercado, mas o bem-estar de alguma necessidade humana.

O trabalho concreto é aquela forma de trabalho que se distingue pela sua qualidade característica, e como não pode ser comparado com outro trabalho, visto que certa fábrica possui por fim a fabricação de um item que é qualitativamente diferente da que é fabricado por outra. Dessa maneira, pelas suas características respectivas de tarefas variadas, tendo como exemplo, o trabalho do empregado de uma indústria no qual se fábrica parafusos não pode ser comparado com o trabalho em uma indústria que fábrica vidros, se levarmos em conta somente a particularidade concreta de ambas as atividades. “Chamamos simplesmente de trabalho útil aquele cuja utilidade se patenteia no valor-de-uso do seu produto ou cujo produto é um valor-de-uso.” (MARX, 2010,p. 63).

O trabalho que produz valor é trabalho puramente quantitativo. Embora a produção de valor seja simultânea à produção de utilidade, as qualidades específicas de trabalho concreto ficam suspensas ante esse processo. Ou seja, aqui o trabalho que conta é aquele que pode ser medido, calculado, e dessa forma os mais distintos trabalhos podem ser comparados. Por isso, as particularidades específicas de um trabalho tendem a desaparecer, ou melhor, ficam suspensas as qualidades que determinam esse trabalho enquanto trabalho concreto. Vejamos o que Marx explica:

Algodão e fuso são indispensáveis ao trabalho de fiar, mas não se pode, com eles, estriar canos na fabricação de canhões. Mas, agora, consideramos o trabalho do fiandeiro como criador de valor, fonte de valor, e, sob esse aspecto, não difere do trabalho do perfurador de canhões, nem se distingue, tomando exemplo mais próximo, dos trabalhos do plantador de algodão e do produtor de fuso. É essa identidade que permite aos trabalhos de plantar algodão, de fazer fusos e de fiar constituírem partes, que diferem apenas quantitativamente, do mesmo valor global, o valor do fio. Não se trata mais da qualidade, da natureza e do conteúdo do trabalho, mas apenas da sua quantidade. Basta calculá-la. (MARX, 2010, p. 222).

Já o trabalho que produz valor é aquela forma de trabalho que Marx denomina de trabalho abstrato, que é dispêndio de trabalho humano em geral, em outras palavras, trabalho socialmente necessário. Trabalho abstrato é, portanto, trabalho diretamente social. É essa forma de trabalho específica que cria a propriedade do valor em um produto e o transforma em mercadoria. Por isso esse

tipo de trabalho pode ser quantitativamente calculado e medido, pois não se trata, como no caso do trabalho concreto, de atividade específica, qualitativa e distinta, mas apenas da quantidade de tempo de trabalho despendido socialmente na fabricação de um determinado objeto. Para Marx:

O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso. Cada mercadoria individual é considerada aqui exemplar médio de sua espécie. Mercadorias que contêm iguais quantidades de trabalho, ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, possuem, conseqüentemente, valor da mesma magnitude. O valor de trabalho necessário à produção de uma está para o tempo de trabalho necessário à produção de outra (2011, p.61).

O trabalho abstrato é ainda uma característica peculiar de como o próprio trabalho é levado a cabo na forma de sociabilidade burguesa. Mais precisamente, o trabalho abstrato só existe enquanto tal naquelas formas de sociabilidade denominada de mercantis, ou seja, essa espécie de trabalho está sempre vinculada a uma forma social específica. Nessa medida, o conceito de trabalho abstrato também evidencia o modo como é organizado o próprio trabalho numa forma de sociabilidade capitalista mercantil. Com esse modelo de troca de mercadoria onde o capitalista detém os meios de produção, o que resta para os trabalhadores é negociar sua força de trabalho, já que o que eles detêm para garantir sua sobrevivência. Marx em seu texto abaixo nos esclarece sobre o valor da mão de obra dos trabalhadores:

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada à existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor (...). A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal (...). Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral (MARX, 1983, p.141).

No sistema capitalista, a força de trabalho é sempre a reposta do ciclo, pois os que estão ativos em seus trabalhos não ficaram para sempre, tendo em vista que

eles envelhecem e morrem, pois todo ser humano está fadado a morte. Para que o ciclo permaneça contínuo, de inserção de mão de obra nova no sistema, o valor dos meios de subsistência vai ser semelhante com o valor da força de trabalho para que assim os jovens tenham a necessidade de trabalhar para o sustento de suas famílias.

Sendo assim “As forças de trabalho retiradas do mercado por estarem gastadas ou mortas tendem a ser constantemente substituídas, no mínimo, por uma quantidade igual de novas forças de trabalho” (MARX, 2013, p.246). Podemos observar que segundo Marx para assumir o comando sobre o trabalho, o capital se desenvolveu por dentro do interior do processo de produção, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou, em outras palavras, sobre o próprio trabalhador.

Todavia, o processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispendido de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador’ dessa forma ‘ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. Essa parte da jornada de trabalho denomina tempo de trabalho excedente, e ao trabalho nela dispendido denomino mais-trabalho. Marx,(2013). Podemos compreender, portanto, que O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, chamo de mais-valor relativo a redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho conforme Marx

Primeiro, quer produzir um valor de uso que seja um valor de troca, o artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor do conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelo quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor de uso, quer produzir mercadoria; além de valor de uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).(MARX, 2013 p.390)

Um exemplo é que para fabricar fios, fora a força de trabalho, o capitalista tem de ter a sua disposição fusos (meios de produção) e determinada quantidade de algodão (matéria-prima). À primeira vista, o produto que resulta desse processo de trabalho parece ser apenas a transferência do exato valor que o capitalista adiantou

na compra dos meios necessários para a fabricação de tal produto. Observaremos na citação abaixo como Marx(2010) descreve que:

Nosso capitalista fica perplexo. O valor do produto é igual ao do capital adiantado. O valor adiantado não cresceu, não produziu excedente (mais valia); o dinheiro não se transformou em capital. O preço dos 10 quilos de fio é 15 xelins, e essa quantia foi gasta no mercado com os elementos constitutivos do produto ou, o que é o mesmo, com os fatores do processo de trabalho: 10 xelins com algodão, 2 xelins com a parte consumida do fuso e 3 xelins com a força de trabalho. (MARX, 2010, livro I, p. 224).

O que identifica, dessa forma, a produção capitalista é que apenas um detém os meios de produção. Marx afirma que (1982), a separação entre o próprio trabalho e o produto do trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e a força subjetiva do trabalho, é, portanto, o fundamento efetivo, o início do processo de produção capitalista. Ao se deparar com meios de produção que não lhe pertencem, o trabalhador não trabalha para si, mas para o proprietário desses meios de produção: De um lado, existe o processo de produção que é transformação contínua da riqueza material em capital, com intuito de expandir valor. Por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu favor.

Contudo, podemos afirmar que assim, o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado (Marx, 2013). É exatamente através do valor não pago aos trabalhadores que o capitalista enriquece, e isso é, portanto, mais-valia. Vejamos o que Marx afirma:

o capital, portanto, não é apenas o comando sobre o trabalho, como diz A. Smith. Ele é em sua essência, o comando sobre o trabalho não pago. Todo mais-valor, qualquer que seja a forma particular em que mais tarde se cristalize, como o lucro, a renda etc., é, com relação à sua subsistência, a materialização de tempo de trabalho não pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma determinada quantidade de trabalho alheio não pago. (MARX, 2013, p.602).

Para concluir sobre mais valia, Silveira (1983), que é muito feliz em suas palavras, mostra-nos a importância dessa teoria para o mundo, pois foi um giro de 180 graus, em uma revolução teórica verdadeira, numa nova perspectiva nitidez da

estruturação e dos mecanismos de funcionamento das relações capitalistas. Em um excelente fechamento sobre mais valia, Silveira conclui que:

Ela, ao mesmo tempo, revela uma fundação contraditória, baseada na exploração de uma classe sobre outra, num antagonismo inconciliável de classes; contradição que aponta de uma forma permanente, para sua superação, que só pode dar-se para além das relações capitalistas, para novas relações, de fundação totalmente diversa (SILVEIRA, 1983, p. 332).

Concluimos que a mais valia é o processo em que o capitalismo encontrou obter sempre o lucro com a venda da força de trabalho. Logo adiante veremos como se deu os modelos de produção ao longo dos tempos.

3.3 Modelos de produção na indústria.

Nesse tópico abordaremos os modelos de produção que foram adotados no sistema capitalista, para que possamos entender o percurso histórico e então nos aprofundarmos sobre o taylorismo, fordismo e toyotismo.

Segundo o autor Ribeiro (2002), depois da 1ª guerra mundial, em meados dos anos 1920, o britânico Frederic Taylor (1856-1915) foi o primeiro a imaginar o sistema de produção conhecido como Taylorismo, capaz de desenvolver-se de forma revolucionária, que expandiu a forma do trabalho nos Estados Unidos e parcialmente na Europa.

O trabalho fabril sofreu profundas transformações a medida que as ideias de Taylor foram sendo implementadas. Taylor recomendava que os trabalhos a serem executados fossem divididos em coisas simples, rotineiras e minuciosamente prescritas pela gerência, com o propósito evidente de principalmente reforçar a fabricação por intermédio do aumento do trabalho e do controle do tempo de fabricação.

Cabe ressaltar que o taylorismo representa o aperfeiçoamento dos métodos empregados no processo de trabalho, especialmente no tocante aos seus aspectos organizacionais, uma vez que o desenvolvimento dos meios e instrumentos de trabalho foi mínimo.

Já o Fordismo é a forma que designa a maneira de gestão e produção pensada por Henry Ford no começo do século passado. O fordismo deu seus

primeiros passos com o lançamento, pela Ford Motor Company, do carro modelo T. O sucesso e a posterior demanda por esse produto foi tamanha que se tornou necessário reformular os métodos de produção até então empregados.

Braverman (1980) declara que o principal dessa nova organização de trabalho era a interminável esteira transportadora, na qual os componentes do carro eram transportados e que, conforme ia se passando, com paradas periódicas, os homens executavam operações simples. Esse sistema teve contornos bastante amplos, chegando a controlar de forma decisivas enormes segmentos da sociedade. Para colocar em execução o seu modelo, Ford elaborou 3 princípios básicos sobre a gestão da fabricação.

De acordo com Tenório (2000), os princípios são: intensificação, que consiste em diminuir o tempo de produção, com a utilização imediata de equipamentos e de matéria-prima, visando a rápida colocação do produto no mercado; economicidade, que compreende em reduzir ao máximo o volume de estoque da matéria-prima; e, por último, produtividade, que se restringe em aumentar a capacidade de produção do homem no mesmo período através da especialização e da linha de montagem.

Segundo Pinto (2007), depois da Segunda Guerra Mundial, começou uma nova estrutura social e econômica, conhecida como o acordo fordista, na qual o Estado, capital e trabalhadores assumiram este acordo para garantir o capitalismo como sistema de produção, reprodução e sujeição da sociedade.

O acordo fordista e a queda da alíquota de ganho, antes de tudo, não foi realizado entre 2 cidadãos, ou qualquer correlação contratual entre duas ou mais indivíduos, assim como também ele não foi resultado de vontades livres que se enquadram naturalmente. Este acordo foi, na verdade, acertado entre intermediários organizacionais e institucionais que lhes serviram de representantes, isto é, as organizações sindicais, organizações patronais e entre eles e o Estado como “mediador” desse acordo.

Em primeiro lugar, este acordo foi “imposto” a todos os protagonistas pela própria ação antecedente do capitalismo, isto é, pelas lutas de classes que foram marcadas o século XIX entre burguesia e proletariado, em de acordo com lugar, no qual foi aberto oficialmente este acordo, especificamente os países da Europa,

resultou em um processamento aparente para seus protagonistas. Todavia o autor ressalta que, por fim, este acordo não acabou com a batalha de camada social entre burguesia e proletariado.

Uma vez que, nesse programa os trabalhadores não conseguiram sua autonomia, do ponto de vista, este acordo pode ser averiguado como um achado, isto é, ele trocou a “batalha revolucionária” (a alforria) pela seguridade civil (diminuição do tempo de trabalho, saúde, entre outras necessidades essenciais), um adágio desse “acordo” entre trabalhadores, Estado e burguesia resultou nos EUA, de acordo com descrição de Harvey:

os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa, preservaram algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções, e conquistaram importante poder político (ainda que de modo algum causa) sobre as questões como vantagens da seguridade. (1992, p.128)

Com isso os sindicatos possuirão voz e se tornaram os porta-vozes dos anseios proletários para possuir uma vida melhor.

Segundo o mesmo autor, o Estado assegurou as conquistas da classe operária ao mesmo tempo em que servia de centro dinâmico de abundância do capital (keynesianismo). Posto isto, o Estado Moderno Capitalista era sem dúvida, o único a garantir a reprodução do capital nesse tempo, e ao mesmo tempo absorver as massas. Dessa maneira, o Estado Capitalista é o que sustenta o capitalismo e vice-versa. Conseqüentemente, o capitalismo se desenvolveu nos países centrais com fortes taxas de desenvolvimento acessível e com evoluções das condições de vida da classe trabalhadora.

Ressalta Harvey (1992), que a associação do fordismo com o keynesianismo se expandiu mundialmente, e o capitalismo se dedicou a um advento de expansões internacionalistas de alcance mundial. E dessa maneira, o fordismo-keynesianismo se tornou hegemônico como forma de racionalização do trabalho e controle econômico. Uma vez que ao mesmo tempo em que conseguia evoluções para a classe trabalhadora, neutralizava os conflitos que questionavam o forma capitalista de criar. Ao se alargar e se tornar mais complexo, o fordismo com seus itens

homogêneos não era mais capaz de reparar a ação da sociedade cada vez mais heterogênea.

No tópico a seguir traremos observações sobre o processo de produção atual, ou seja, aludiremos sobre o toyotismo e a reestruturação produtiva.

3.4-Toyotismo e a Reestruturação Produtiva

Logo após a queda dos sistemas fordista e taylorista, que tinham como intuito a busca pelo aumento da diversidade produtiva e o aumento das taxas de lucro, surge o Toyotismo, um novo modelo produtivo que substitui o anterior.

Oliveira (2002) caracteriza-o principalmente pela produção horizontal, infraestrutura enxuta, e redução dos estoques e equipamentos inativos. O autor analisa o Toyotismo afirmando que esse sistema tinha como objetivo a qualificação do trabalho, reduzindo o desperdício de tempo, trabalho, matéria prima e logística.

Os últimos anos do século XX foram abalados pela reestruturação produtiva, já que perante das constantes crises vivenciadas pela afronta de mercados, pelo modelo de fabricação taylorista/fordista e pela queda na alíquota de lucros, o capital precisava obter respostas para se preservar hegemônico. Antunes ressalta que:

a década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo interrelacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES 2000. p,33)

O autor relata as mudanças ocorridas dando ênfase não apenas ao campo do trabalho, mas na mudança do indivíduo, afirmando que com essa transformação no processo produtivo as pessoas foram diretamente atingidas em sua essência.

A reestruturação, com base no ideário neoliberal, considera o mercado como o grande bastidor das relações sociais e como nova maneira de abundância capitalista, a abundância flexível.

Cardoso e Francisco (2000) definem a reestruturação produtiva como sendo um processo visceral que organiza as instâncias e relações políticas entre o Estado e a sociedade, e estes com o mundo da fabricação de acervo e serviços, e com os costumes sociais e culturais organizadoras desta sociedade, e partindo desta, aquilo que se faz das classes.

Cruz (1990) ressalta que, perante a crise o capital dissolve, recobre ou recria formas de vida e trabalho, de ser e pensar, em esfera local, regional, nacional e internacional. Representa uma espécie de revolução burguesa permanente. Até então que desigual e contraditória, progressiva e regressiva, democrática e autoritária que traz uma aparência de escolha e de liberdade para trabalhar, mas, na verdade, torna a todos dependentes do sistema ao qual se está submetido e onde se maquiam todos os engessamentos, enquadrando as pessoas às necessidades do capitalismo e não às suas próprias necessidades.

Para Mota e Amaral (2000) a “reestruturação da fabricação” e a modificação dos mercados são iniciativas que contribuem para abrir um “novo equilíbrio”, exigindo principalmente a recomposição das forças produtivas no ciclo de recomposição do capital, afetando conseqüentemente as esferas da fabricação e das relações sociais.

Uma das principais conseqüências da crise econômica global é o desemprego, do mesmo jeito que as novas tecnologias que emergem do novo modelo, a precarização do trabalho, por intermédio do trabalho informal, terceirização na prestação de serviços e subcontratação, crescem aos poucos. Conforme Ronconi, (2003) acaba que há uma sincera “síndrome de dúvida, que está relacionada com a redução de uma aparência de amanhã e com a cheia deterioração das condições de vida e de trabalho.”

Esse novo modelo de fabricação atinge similarmente a parcialidade do individuo, no qual o sindicalismo entra em crise e acaba por adotar uma esperteza corporativa e de abrigo, não debatendo sobre o próprio requisito do trabalho frente ao sistema em que se faz necessário.

A sentença do adágio neoliberal, mais que roubar a ideia da aberta do mercado para o mundo aproximado, abraça também a completa liberdade de

escolha da pessoa, omitindo e colocando de maneira parcial, o que é de fato ser aberto dentro do sistema capitalista, intrinsecamente relacionado ao agente acessível.

Na correlação entre capital e trabalho, o mercado é a única maneira de conservação numa existência no qual o desemprego chega a patamares alarmantes. Segundo Mota e Amaral,

Tanto é assim que, ao redefinir socialmente o modo de produzir mercadorias, o capital também determina a emergência de um conjunto de situações que dizem respeito às manifestações contemporâneas da "questão social" no Brasil. como é o caso do desemprego, das restrições aos serviços sociais públicos, da educação, e até das relações privadas (MOTA E AMARAL, 2000, p. 39).

Na coerência neoliberal, observa-se uma concepção individualista da sociedade, no qual a princípio se vê a pessoa, suas necessidades, e em seguida a grupo, surgindo a obra dos cidadãos para as necessidades e suas vontades privadas, não como uma coisa naturalmente construído na sociedade com caracteres democráticas.

Dessa maneira, para o melhor progresso da bondade, no adágio neoliberal, é essencial o incentivo ao egoísmo, sendo esse o caminho da liberdade, do adiantamento acessível e a saída para as complicações sociais de qualquer classe. assim diz Hobold (2000) "O mercado está intrinsecamente relacionado ao egoísmo, tendo a mesma alegação do 'quanto mais, melhor' para a felicidade e o bem-estar do conjunto da sociedade".

Desse modo, Laurell (1990) afirma que no campo exclusivo do bem-estar social, os liberais sustentam que as suas fontes naturais são a família, sociedade e os serviços privados. Esse processamento interfere na administração da sociedade e no conjunto das relações em que se estabelecem entre o capital, o trabalho e o Estado, sendo que esse último encontra na ideologia neoliberal abrigo abstrato para enaltecer o papel do mercado em agravo de sua atuação pública.

Já para Ronconi (2003), as ideias neoliberais se explicitam nas promessas de abono do Estado no Brasil e nos documentos elaborados pelos organismos internacionais e pelo Banco Mundial. A autora afirma que:

A política implementada a partir da reforma do Estado tem aumentado a pobreza e as desigualdades sociais, dificultando também o acesso aos serviços básicos; observam-se alterações na cobertura, na universalidade e na equidade das políticas públicas, que se tornam cada vez mais focalizadas (dirigidas a indivíduos com carências concretas), descentralizadas, ou melhor, desconcentradas (o nível municipal deve executar e financiar as políticas sociais) e precarizadas (RONCONI, 2003, p. 58).

Para o neoliberalismo, o Estado significa o maior empecilho para a êxito de suas políticas, considerando-o uma alçada essencial, para garantir os direitos sociais básicos. O Estado é quem recebe maior atenção por parte do capital, há uma necessidade de estar presente em atividades não lucrativas ou para fazer condições para que as regras do mercado sejam aplicadas.

Desse modo Lamamoto (2001) afirmam que as políticas neoliberais passam a ter duas faces. De um lado satanizam o Estado considerado como o agitado, encarregado por todas as desgraças e problemas que afetam a sociedade capitalista e, de outro, exaltam e santificam o mercado e a iniciativa privada.

O novo padrão, possui um acrescentamento no setor tecnológico e na administração da fabricação (as novas tecnologias e os avanços da micro informática resultam no progresso acelerado do processamento de dados e informações), porém consequentemente, ocasionou similarmente, profundas modificações no processamento de trabalho, exigindo dos profissionais renovada apreciação e capacitação profissional para o crescimento do mercado de trabalho. Como Grave descreve:

Sobre a classe trabalhadora recai o maior ônus decorrente do reordenamento do padrão de acumulação, uma vez que tem sofrido um processo crescente de exclusão do mundo do trabalho, especialmente dos postos de trabalho mais formais e estáveis. No entanto, alguns segmentos sofrem mais intensamente esse processo, entre eles os jovens e os trabalhadores na faixa dos quarenta anos ou mais. Enquanto os primeiros tornam-se alvos fáceis para os quadros da criminalidade, os últimos são considerados "velhos" demais para o capital, ingressando, portanto, na informalidade como alternativa de sobrevivência, ao mesmo tempo em que engrossam as filas do exército industrial de reserva, num mundo em que a oferta de vagas no setor produtivo é irrisória e restrita, e nos serviços também não há a possibilidade de absorção de toda essa mão-de-obra. (2002 p. 85-86)

De acordo com o autor citado acima o mercado de trabalho não absorve todo o exército de reserva desaguando em grande problema social, pois os que não

conseguem entrar no campo de trabalho tendem a criminalidade que são os casos dos mais jovens e um ócio forçado que é o caso dos mais velhos pois o sistema os veem como mão de obra improdutiva já que não tem o mesmo vigor de outrora.

Uma nova cultura do trabalho é exigida para que haja a diminuição dos custos na fabricação, mediante o consumo de novas tecnologias e a adiantamento da qualidade dos itens, as inovações tecnológicas estão tomando conta das fábricas e mudando todo processo de trabalho. Exigindo uma de obra especializada, no entanto a exploração da mão de obra não mudou. De acordo com Netto:

A questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho a – exploração. A exploração, todavia, apenas remete a determinação molecular da 'questão social'; na sua integralidade, longe de qualquer incausalidade. Ela implica a intercorrência de componentes históricos, políticos, culturais etc. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda a luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que designa por 'questão social' está condenada a enfrentar sintomas, conseqüências ou efeitos). (2001, p 45).

O referido autor nos mostra que a questão social está vinculado com a relação capital e trabalho, que a exploração da força de trabalho está lidado diretamente com as mazelas da sociedade.

Nesse progresso das forças produtivas do trabalho é acertado por países e categorias sociais que detém o monopólio da economia, a aceitação é cada vez maior a submissão dos indivíduos no mercado, que inverte princípios no momento em que o assunto é a alforria humana. Segundo Sarmiento (2002).resultam um conjunto de transformações na esfera do trabalho esse novo modelo de acumulação capitalista, que através das políticas sociais e da rede de serviços e proteção social há novas formas de regulação do Estado.

O capital na tentativa de ampliar para toda a sociedade, a hegemonia nascida na fábrica requer e demanda um conjunto de intervenções sócio-institucionais que reatualizem as formas de controle e subordinação do trabalho ao capital. Estas intervenções apontam para ações nas esferas da racionalização da produção, da intervenção estatal e do controle e recomposição política da subalternidade dos trabalhadores Mota e Amaral (2000).

De acordo com Rico (2002), a desestruturação do mercado de trabalho possui como principais componentes: o desemprego envolve em maior ou menor nível todos os segmentos sociais, até mesmos trabalhadores de maior escolaridade, em todas as regiões dos países. A regressão dos postos de trabalho formais nos anos 90, a cada 10 postos de trabalho, apenas 2 eram assalariados, no entanto sem repartição apurada.

A condição de constante insegurança que passa as relações sociais no mundo do trabalho se apresenta como sinais próprios da reestruturação produtiva, na verdade esse sentimento de total insegurança é uma técnica para fazer desistir qualquer tentativa de organização por parte dos trabalhadores. nos aspectos não somente econômico, social, político, mas significativamente sobre o psicológico. O desempregado sente-se em ajuste de si mesmo, (Santos, 2000), ou seja, na medida em que não consegue vender sua força de trabalho, considera-se em fase de falência múltipla.

Segundo Antunes (2009), mesmo com a fragmentação e a complexificação da classe trabalhadora ele ainda acredita em uma emancipação humana na viabilidade social que ocorre através do próprio trabalho.

Conclui-se que a mudança no mundo do trabalho atinge diretamente nossas vidas, impactando nas nossas rotinas, nas relações familiares nossa saúde mental e física já que o trabalhador é apenas uma mercadoria desse sistema, nos aprofundaremos sobre a relação trabalho e família e traremos uma pequena discussão sobre qualidade de vida no próximo capítulo, com as respostas dos pesquisados.

4. FAMÍLIA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO; CONVERSA ENTRE TEÓRICOS E RELATOS DA PESQUISA DE CAMPO.

4.1 Algumas considerações sobre qualidade de vida.

Neste capítulo, discutir-se-á sobre a qualidade de vida dos trabalhadores e as relações familiares durante o tempo livre que os funcionários dispõem. Para a discussão, serão citados autores e relatos de trabalhadores pesquisados, o que possibilita conhecer a realidade dos sujeitos e, com isso, consegue-se traçar um diálogo entre os participantes e teorias.

Ao aplicar o questionário com os participantes, foi observado que eles não paravam para pensar sobre as suas rotinas e tinham certa dificuldade em responder as perguntas feitas. A dificuldade não era de entender as perguntas, mas de se perceber no cotidiano, já que, todos os dias, estes faziam as suas funções mecanicamente. Nesse contexto, pode-se observar que o trabalho faz parte do cotidiano da sociedade moderna. Ricardo Antunes (2009), em *Os sentidos do trabalho*, escreve sobre este aspecto:

O trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humana, dotado de intrínseca dimensão teleológica. E, como tal, mostra-se como uma experiência elementar na vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais. Reconhecer o papel fundante do trabalho na gênese e no fazer-se do ser social nos remete diretamente à dimensão dada pela esfera da vida cotidiana, como ponto de partida para a genericidade para si dos homens. (ANTUNES. 2009, p.166)

O autor nos mostra que através da teleologia o homem consegue gerir sua vida e o trabalho faz parte de uma ação pensada. Na pesquisa realizada, foi percebido que os pesquisados se doam bastante em prol de uma melhoria de vida, fundamentada na estabilidade financeira.

Nessa perspectiva, traremos as respostas das pesquisas quanto ao local de trabalho. Foi feita a seguinte pergunta: Porque escolheram esta empresa para trabalhar? Ao responderem, foi de incrível espanto, pois afirmaram que não sabiam o motivo e desejaram pular este questionamento, posto que nunca pensaram sobre isso. Entretanto, com a insistência, foram obtidas as seguintes respostas:

“Na verdade, não foi uma escolha e sim a necessidade de trabalhar” (Maria Sousa). “Foi por falta de opção e necessidade de trabalho” (João Sousa). “Foi a única empresa que eu consegui” (Camila Silva). “Por ter a vaga adequada à minha profissão” (Roberto Silva). “Porque foi a oportunidade que surgiu no momento” (Lia Campos) “Porque essa empresa é a melhor no município que eu estou morando; ela foi a única que me possibilitou um emprego” (Afonso Campos)

É fácil perceber que não houve uma escolha, com exceção do entrevistado Roberto, que é motorista e exerce essa função na empresa. Os demais, porém, entraram por precisar de um trabalho e, como o entrevistado Afonso Campos revela, é uma das empresas que mais emprega na região, logo, a possibilidade de entrar no mercado de trabalho através dela é bem maior. O livro *A corrosão do caráter*, de Sennette (2012), fala das mudanças que o processo de trabalho sofreu e como mudou o caráter das pessoas inseridas em um capitalismo flexível, ele reflete:

Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdade e compromisso mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojeta? Estas as questões sobre o caráter imposto pelo novo capitalismo flexível. (Sennett, 2012 p 11)

O referido autor faz uma reflexão sobre o capitalismo moderno, que coroe o caráter das pessoas, e há uma necessidade de estar inserido nesse novo modelo de trabalho, como já foi mencionado no capítulo anterior. Já se sabe que o exército de reserva é enorme e tende a crescer, ter um emprego nos dias atuais é essencial para sobrevivência humana.

As altas taxas de desemprego e subemprego fazem com que os indivíduos que possuem um bom trabalho sejam mais valorizados. O desemprego também é decisivo para o que Sônia Laranjeira (2000) chama de "síndrome dos sobreviventes":

verdade que a realidade se nos apresenta preocupante: altas taxas de desemprego, presença do desemprego estrutural, intensifica o do ritmo de trabalho, crescimento do trabalho temporário e de tempo parcial, polarização em termos de qualificação e para os que permanecem no emprego a chamada "síndrome dos sobreviventes", angústia e medo, sentimentos que acompanham os não demitidos (LARANJEIRA, 2000, s/ n.).

Com o medo de perder seus empregos, os trabalhadores que não foram demitidos se sentem angustiados e aceitam as exigências que o empregador determina, abrindo mão de suas necessidades pessoais em prol de permanecer empregados.

É perceptível que os trabalhadores deixam os seus interesses pessoais como, por exemplo, o bem-estar dentro do processo de trabalho em função da produtividade. Para Quirino e Xavier (1987), a expressão QVT representa uma ligação direta entre as condições nas quais trabalham os empregados de uma empresa com a satisfação das necessidades do homem, levando-se em consideração os aspectos de satisfação no cargo e trabalho humanizado.

Após os sucessivos processos de downsizing², reengenharia e reestruturação que marcaram toda a época de 1990, nota-se, atualmente, que as pessoas têm trabalhado cada vez mais, e, por extensão, têm tido menos tempo para si mesmas. Handy (1995), com base nessa realidade, declarou que:

O problema começou quando transformamos o tempo em uma mercadoria, quando compramos o tempo das pessoas em nossas empresas em vez de comprar a produção. Quanto mais tempo você vende, nessas condições, mais dinheiro fará. Então, há uma troca inevitável entre o tempo e o dinheiro. As empresas, por sua vez, tornam-se exigentes. Querem menos tempo das pessoas que eles pagam por hora, porém mais das pessoas que pagam por ano, porque, no último caso, cada hora extra durante o ano é gratuita. (HANDY, 1995 p. 25)

O conceito de Handy vincula com o conceito de *mais valia* abordado no capítulo anterior. Nesse mesmo prisma, os trabalhadores da empresa calçadista também passam muito tempo no ambiente laboral. Relatam que só tem fim de semana para descanso e os horários de pausa não é suficiente. Afonso Campos, um dos entrevistados da pesquisa, escreve como resposta que “gostaria que, fora o horário de janta, que é apenas uma hora, houvesse outras pausas durante as 8 horas de trabalho”. Como já foi visto, o homem contemporâneo usa o seu tempo

2

Downsizing, que em português significa “achatamento”, é uma técnica conhecida em todo o mundo e que visa a eliminação de processos desnecessários que engessam a empresa e atrapalham a tomada de decisão, com o objetivo de criar uma organização mais eficiente e enxuta possível

prioritariamente para o trabalho. O mundo capitalista exige dedicação praticamente exclusiva à empresa.

Conforme a psicóloga americana Maslach e o psicólogo canadense Leiter, atualmente, os trabalhadores passam maior tempo em um ambiente de trabalho do que convivendo com seus familiares. Com isso, os esgotamentos físicos e emocionais alastram-se nos locais laborais. Isso advém, na maioria das vezes, pela divergência da natureza do trabalho e a natureza da pessoa que realiza esse trabalho (MASLACH; LEITER, 1999).

Os autores ressaltam, também, que os desgastes emocionais dos trabalhadores falam mais sobre as circunstâncias de trabalho dos colaboradores do que sobre eles mesmos. Alguns dos maiores fatores dos desgastes são a falta de controle, o excesso de trabalho, a falta de equidade, a falta de recompensa, a falta de união e conflito de valores.

Na empresa pesquisada, de acordo com as repostas dadas por seus funcionários, pode-se observar que o desgaste emocional é enorme. Maria Sousa afirmou que estava “muito cansada e estressada”, que “o horário de descanso não é o suficiente” e que os trabalhadores são “desfavorecidos quanto aos direitos”. João Sousa relatou que estava um pouco “insatisfeito”, que não acha satisfatório o horário para o descanso e que a empresa não respeita os trabalhadores.

Ao se observar as concepções sobre o que é qualidade de vida no trabalho, é de fácil notoriedade que, entre a teoria de qualidade de vida no trabalho e a prática, existe um abismo. Segundo Limongi e Assis:

[...] existe uma grande distância entre o discurso e a prática. Filosoficamente, todo mundo acha importante a implantação de programas de QVT, mas, na prática, prevalece o imediatismo e os investimentos de médio e longo prazos são esquecidos. Tudo está por fazer. A maioria dos programas de QVT tem origem nas atividades de segurança e saúde no trabalho e muitos nem sequer se associam a programas de qualidade total ou de melhoria do clima organizacional. QVT só faz sentido quando deixa de ser restrita a programas internos de saúde ou lazer e passa a ser discutida num sentido mais amplo, incluindo qualidade das relações de trabalho e suas consequências na saúde das pessoas e da organização. (1995, p. 28)

Logo, as políticas de benefícios não podem ser confundidas com a qualidade de vida no trabalho, nem com atividades festivas de harmonização, embora essas sejam necessárias como estratégias. A qualidade de vida no trabalho corresponde com a cultura organizacional. Esta cultura pode ser traduzida como sua missão, os valores, a filosofia da empresa, o clima participativo, o gosto por pertencer a ela e as perspectivas concretas de desenvolvimento pessoal que criam a identificação empresa e trabalhador (MATOS, 1997).

Ao perguntar aos pesquisados se estão satisfeitos com os benefícios que recebem da empresa calçadista, as respostas foram curtas, já que a empresa não dispõe de muitos benefícios. Foi percebido, também, que eles não dispunham de um conhecimento abrangente do que realmente é um benefício, pois citaram o pagamento em dias. Entretanto, essa característica é considerada uma lei na Constituição Federal, artigo nº 463 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943.

Maria Sousa escreveu como resposta que “os benefícios são os pagamentos em dia e a cesta básica” e “eu gostaria que tivesse plano de saúde e uma boa alimentação”. Não muito diferente, a pesquisada Camila Silva deu como resposta que “o benefício é a cesta básica e gostaria que tivesse plano de saúde”. Já Lia Campos vê como benefício ser “próximo a minha residência, não há gastos com transporte”. Nesse contexto, é importante ressaltar que a lei 7.418, de 1985, refere-se à obrigação legal do vale-transporte em que as empresas estão submetidas. A lei autoriza a empresa a deixar de fornecer o vale-transporte apenas para os empregados que declarem que não necessitam desse benefício.

É visível uma alienação de direitos por parte dos empregados. O cantor Zé Ramalho, quando compôs *admirável gado novo*, uma música nacionalmente conhecida, descreve um povo feliz que tenta fugir da ignorância e que sonha com dias melhores, mesmo sendo marcado pelo trabalho, que ele compara com um gado marcado pelo seu dono.

É importante ressaltar que a empresa, além de não ter um olhar respeitoso e atencioso para os funcionários dentro do processo de produção, também não oferecem uma alimentação de qualidade. Afonso Campos diz que “gostaria de uma

comida melhor”. Do mesmo modo, João escreveu que “gostaria que melhorassem a comida ou então nos dessem um vale-alimentação”.

Já Lia Campos escreveu que a empresa não trata com devida atenção as funcionárias, principalmente quando estão grávidas. Para estas, a ida ao banheiro é sempre complicada, pois é preciso esperar que alguém venha para ficar em seu posto de trabalho, já que a linha de produção não pode parar.

Em relação ao tempo livre, os trabalhadores da empresa de calçados trabalham por turnos. Logo, existe uma dificuldade de usufruir desse tempo livre. Então se fez necessário perguntar qual a influência do trabalho sobre a possibilidade de lazer? ”Maria Sousa relata, que “me sinto cansada e com pouco tempo para o lazer”. O seu esposo respondeu que “sobra pouco tempo e quando tem tempo as vezes a gente se sente cansado aí acaba se acomodando”. (João Sousa).

É notório que a classe de trabalhadores está adoecendo, e esta preocupação com a saúde do trabalhador não é inerente à atualidade. Ramazzini, há mais de três séculos, apregoava a necessidade, na cabeceira da cama de qualquer paciente, de perguntar-lhe onde trabalhava para saber se, na fonte de seu sustento, não se encontrava a causa de sua enfermidade (Jacques, 2007, p. 116; Seligmann-Silva, 2011).

Ao perguntar sobre a salubridade do local de trabalho, as respostas foram diversas, tendo em vista a função que cada um exerce dentro da empresa. O pesquisado Roberto Silva é motorista e, por ter que fazer as linhas no ônibus em horários considerados perigosos, ele escreve que deveria ter um seguro de vida e ganhar melhor por dirigir nesses horários.

O entrevistado João Sousa trabalha em uma vulcanizadora, uma máquina quente que tem formas pesadas. Ele utiliza luvas, mas, por trabalhar no terceiro turno, já se queimou várias vezes, pois acaba cochilando. Ele escreve que “onde eu trabalho é quente tenho algumas queimaduras no braço, mas fazer o quê, né”.

Afonso Campos trabalha passando cola no “cabedal”, parte superior do sapato. Ele diz que sente “muitas dores de cabeça” e, por mais que use a máscara para proteger o “cheiro do solvente que usa para limpar os pinceis, o cheiro da cola ultrapassa a máscara”.

Camila Silva trabalha costurando o sapato. Ela respondeu que sente muitas dores nas costas e no punho. Já Maria Sousa trabalha abastecendo a linha de produção. Ela respondeu que “passo o dia todo em pé de um lado para o outro empurrando um carrinho lotado e pesado, cheio de sapatos”. Lia Campos trabalha na área administrativa e respondeu que “existe uma cobrança muito grande em cima de mim e isso me adocece”.

Em analogia com o artigo Trabalho e Precarização: Breve análise sobre o recente cenário de adoecimento entre trabalhadores da construção civil, é perceptível a semelhança dos sintomas que os trabalhadores da construção civil têm com os trabalhadores da empresa calçadista. Soares, a autora do artigo escreve que:

O quadro exposto acima revela que os efeitos no processo saúde-doença entre os trabalhadores da construção civil devem ser explicados a partir da lógica da reprodução capitalista – com a necessidade de geração de mais-valor – e os seus efeitos sobre o trabalho e a vida dos trabalhadores. Nesse contexto, pode-se dizer que a “enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho” (ANTUNES, 2007, p. 04), em que o trabalhador é submetido, não é ditada por sua vontade individual. Ao contrário, ele realiza suas tarefas e funções no interior do espaço do trabalho de acordo com a prescrição da dinâmica da produção capitalista, mesmo que isso custe a convivência com a dor, às vezes durante anos, limitações de movimentos dos membros ou, em muitos casos, a sua própria vida. (SORAES, S/N.p.54)

Não muito diferente, em relatos acima, os trabalhadores da empresa calçadista também são submetidos a péssimas condições de trabalho, em que não são valorizados e não têm muitas perspectivas de crescimento.

De acordo com BRASIL (2001), desde os anos 1970, no plano internacional documento da OMS, como a Declaração de Alma Ata e a proposição da estratégia de saúde para todos, têm enfatizado a necessidade de proteção e promoção da saúde e da segurança no trabalho, mediante a prevenção e o controle dos fatores de risco presentes nos ambientes de trabalho. O tema vem recebendo atenção especial no enfoque da promoção da saúde e na construção de ambientes saudáveis pela Organização Pan-Americana da Saúde.

A Organização Internacional do Trabalho, na Convenção/OIT nº. 155/1981, adotada em 1981 e ratificada pelo Brasil em 1992, estabelece que o país signatário deva instituir e programar uma política nacional em matéria de segurança e do meio

ambiente de trabalho. O relatório da Organização Pan-Americana da Saúde resalta que:

A execução das ações voltadas para a saúde do trabalhador é atribuição do SUS, prescritas na Constituição Federal de 1988 e regulamentadas pela LOS. O artigo 6.º dessa lei confere à direção nacional do Sistema a responsabilidade de coordenar a política de saúde do trabalhador. Segundo o parágrafo 3.º do artigo 6.º da LOS, a saúde do trabalhador é definida como “um conjunto de atividades que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde do trabalhador, assim como visa à recuperação e à reabilitação dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho” (OPAS,1995).

De acordo com a LOS citada acima, os trabalhadores têm direitos à preservação da sua saúde, bem como a proteção, recuperação em decorrência de agravos laborais. Ao perguntar como cada um se sente sobre o seu trabalho, as respostas foram diversas, mas não felizes. Eles afirmaram estar “estressados”, “deprimidos”, “sem ânimo”, “prejudicados” e “tristes”. Como se percebe, a sobrecarga de trabalho tem dificultado o funcionamento da saúde de maneira plena, afetando não apenas o físico, mas o psicológico de cada um.

Será abordado, no próximo tópico, como o trabalho afeta as relações familiares e como a família está lidando com a nova roupagem da mulher nesse contexto contemporâneo.

4.2 As transformações das famílias e qual o papel da mulher na atualidade.

Só é possível entender os grupos familiares existentes no contexto atual através do processo histórico, em que os padrões, costumes e necessidades da sociedade, gestados ao longo do tempo, auxiliaram a moldá-los, assim como os papéis de cada membro da família. Esse desenvolvimento das famílias ocorre de modo ativo de geração para geração, em movimentos paulatinos. Conforme Sarti (2005),

Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si próprio, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à sua própria realidade, mas que nos permita pensar

como ela se constrói, constrói sua noção de si, supondo evidentemente que isto se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos que ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, entre pais e filhos, entre marido e mulher). Sabemos que não há realidade humana exterior à cultura, uma vez que os seres humanos se constituem em cultura, portanto, simbolicamente (SARTI, 2005, p.27).

Porém, o modelo de família nuclear que por tempos perdurou na sociedade patriarcal foi se desmontando com o passar do tempo, e se instalou uma nova estrutura familiar. De acordo com Geraldo Romanelli (1995), essas mudanças tiveram a finalidade de redefinição das relações afetivas no interior da família, e influenciam o relacionamento entre marido e esposa, e também os vínculos entre pais e filhos. Com isso, uma nova divisão de trabalho é estabelecida, não apenas entre homens e mulheres, mas também entre jovens e adultos, alterando as relações de poder intrafamiliares. Por isto, os contornos que delimitam a família tem se tornado muito difícil de definir.

A falta de tempo por conta do trabalho tem interferido diretamente os laços familiares. De acordo com as respostas dos pesquisados, é inegável a interferência do cansaço causado pelo trabalho na disposição em se dedicar em prol de melhorias dentro do lar. “Tenho pouco tempo para a família”, responde Maria Sousa. O seu esposo respondeu que “o trabalho me atrapalha um pouco na minha vida particular. Sobra pouco tempo de convívio com minha família” (João Sousa). O casal Campos respondeu da seguinte maneira: “o meu dia é comprometido pelo trabalho e o contato com a família é só à noite” (Lia Campos). Já o seu cônjuge diz que passa “mais tempo longe da família”.

Vejamos que os questionados têm a ciência de que estão distante uns dos outros logo, vê-se que eles não dispõem de muito tempo para o convívio familiar, causando uma lacuna na vida conjugal e nas relações entre pais e filhos.

Na cidade de Horizonte, onde foi realizada a pesquisa, é comum que os membros da família, a partir de certa idade, comecem a trabalhar, tendo em vista que é uma cidade com grandes indústrias nacionais e multinacionais. Logo, os membros que compõem as famílias têm rotinas bem agitada com vários encontros e desencontros.

Os sujeitos da pesquisa trabalham em horários bem diferentes. Maria Sousa trabalha no primeiro turno, que é de 05h00min as 13h20min. Já o seu esposo trabalha no terceiro turno, de 21h00min as 5h00min.

Camila Silva trabalha no segundo turno, no horário de 13h00min as 21h00min. Já seu esposo, Roberto Silva, trabalha nos três turnos, nos horários de entrada e saída dos funcionários, ficando à disposição da necessidade da empresa.

Lia Campo tem os horários bem preenchidos com a graduação pela manhã e, no período da tarde, tem o trabalho, que é o mesmo horário do esposo Afonso, de 13h00min as 21h00min.

Nesses encontros e desencontros de horários dos casais, eles têm que se programar bem para poder se dedicar em cultivar os afetos. Para Araújo e Scalon (2007), “de fato, a família tem funcionado como um importante espaço de interação afetiva onde o desenvolvimento de prática primária e expressões de afeto se realizam via relações entre pais e filhos e entre parceiros conjugais”.

Nessa sociedade pós-industrial, as famílias adquiriram características específicas. Vive-se em um momento da história em que o tempo destinado ao convívio familiar é escasso. Vejamos o que diz ARAÚJO E SCLON, (2007, p. 21):

As expectativas sobre as trocas emocionais, sobre quem dá e quem recebe apoio e sobre os tipos de apoio não são igualmente distribuídas no interior da família: o afeto entre parceiros conjugais e entre filhos e pais é predominantemente atribuído as e esperado das mulheres. Esse tipo de referente afetivo gera um cenário de tensões e de novas formas de sobrecarga no âmbito da domesticidade, com impacto sobre a subjetividade feminina e também sobre sua vida na esfera pública.

De acordo com o texto supracitado, é nítida a relevância que as autoras dão para o afeto entre os membros da família e que se espera muito mais das mulheres do que dos homens, tornando, assim, injusta essa exigência que parte do homem para a mulher, como se o pilar da relação fosse apenas a figura feminina, e esquivam da responsabilidade de cuidar dos que pertencem ao lar.

Sarti (2005) fala que “vivemos uma época como nenhuma outra, em que a mais naturalizada de todas as esferas sociais, a família, além de sofrer importantes abalos internos, tem sido alvo de marcantes interferências externas”. As relações nunca foram algo fácil, são pessoas que decidiram conviver, trocar experiências,

somar os desejos. Entretanto, hoje, em uma sociedade líquida, onde tudo é novo e as mudanças são rápidas, fica cada vez mais difícil se manter fiel às decisões tomadas anteriormente, tendo em vista que a necessidade muda, os desejos pessoais se tornam cada vez mais fortes.

Na sociedade contemporânea o individualismo é predominante as relações são efêmeras, há uma necessidade de bem-estar individual os desejos pessoais sobressaem aos desejos comum os que compõem a família. No momento em que, se investe na família se espera algo em troca, Bauman(2004)

Se você investe numa relação, o lucro esperado é, em primeiro lugar e acima de tudo, a segurança em muitos sentidos: a proximidade da mão amiga quando você mais precisa dela, o socorro na aflição, a companhia na solidão, o apoio para sair de uma dificuldade, o consolo na derrota e o aplauso na vitória; e também a gratificação que nos toma imediatamente quando nos livramos de uma necessidade. Mas esteja alerta: quando se entra num relacionamento, as promessas de compromisso são "irrelevantes a longo prazo" (BAUMAN, 2004. p. 34)

Essa necessidade de apoio que traz o autor é bem difícil de acontecer, já que não há um investimento pesado nas relações. Já foi visto, nas respostas anteriores, que os pesquisados não dispõem de tempo e que estão sempre muito cansados.

Observamos que "A saída da mulher do âmbito doméstico para o exercício de uma profissão no mercado de trabalho, historicamente masculino, é consequência de modificações desenvolvidas por inúmeros fatores econômicos e sociais". (SANTOS, 2008). A mulher na contemporaneidade tem um papel fundamental na sociedade. É essencial ressaltar que as mulheres que participaram da pesquisa são mulheres que contribuem na renda familiar em prol de um bem comum, e, no caso de Lia Campos, que, além de trabalhar para a manutenção do seu lar, ainda busca um crescimento profissional e pessoal, que é a graduação.

Conforme estudos de Saffioti (1976), a mulher, em todos os estágios da humanidade, teve papel relevante na produção da riqueza social e na subsistência de sua família. Desde os tempos pré-capitalistas, as mulheres já exerciam inúmeras atividades, seja no campo, minas, na manufatura, comércios, oficinas de tecelagem e fiação ou mesmo nas atividades domésticas.

Pela necessidade das famílias, as mulheres saíram das atividades domésticas e se posicionaram no mercado de trabalho. É comum, na cidade de Horizonte, as mulheres assumirem a responsabilidade financeira do lar. De acordo com o IBGE (2010) são no total de 1.842, as mulheres responsáveis financeiramente pelo sustento da família.

As alterações econômicas ocorreram, sobretudo, na necessidade da mulher em ajudar a renda familiar, devido ao aumento no nível de consumo. Em 2009, o percentual chegou a quase 66%, contra 39% em 1992 (CAMARANO, 2010). Com isso, aproximadamente 90% das mulheres brasileiras ocupadas realizam a jornada dupla de trabalho. Para os homens ocupados, a proporção é inferior a 50% (IBGE, 2009).

Essa passagem transformou a estrutura familiar e os padrões sociais, causando, assim, uma releitura na divisão dos papéis desempenhados pelo homem e pela mulher. Entretanto, a mulher ainda é o indivíduo que exerce a jornada dupla de trabalho, ou seja, o exercício de atividades profissionais no mercado de trabalho em conjunto com a realização de afazeres domésticos, e, dessa maneira, passa a dividir o seu tempo entre o trabalho e a casa. (Santos, 2008).

Carvalho (2011) expõe uma discussão importante no que se refere à questão da dualidade gênero masculino e feminino e quais papéis cada um desenvolve na sociedade. Seus argumentos são ancorados em Scott:

[...] na abordagem de Scott, a percepção do gênero como parte de um sistema simbólico que permite a diferentes sociedades classificar, diferenciar e hierarquizar não apenas homens e mulheres, mas instituições, ações sociais, elementos da natureza, ocupações, tudo, enfim, leva o/a pesquisador/a observar as referências e o poder explicativo do gênero em contextos em que as questões da sexualidade, reprodução, crianças e família não são aparentemente centrais. CARVALHO (2011, p. 106)

Mesmo com a inserção da mulher no mercado de trabalho, ainda não é suficiente para que ela seja vista como uma pessoa de direitos e deveres iguais aos dos homens. Apesar de ser uma grande conquista estarem inseridas em processo laboral exercendo as mesmas funções destinadas aos homens, há, ainda, uma hierarquização do patriarcalismo predominante.

Mourão (2006) relata que a inserção de um número relevante de mulheres no mercado de trabalho vem sendo incentivado pela amplitude do processo de reestruturação produtiva que atingiu com mais intensidade o emprego industrial, das quais a redução de postos de trabalho para os homens cresceu.

A entrevistada Maria Sousa trabalha no abastecimento da linha de produção, caracterizado por ser um trabalho cansativo e pesado, que normalmente é destinado a homens. Porém, essa é a sua função na empresa.

Por outro lado Nogueira (2004) salienta que o forte aumento do sexo feminino entre os ocupados se deu devido a maior flexibilização do mercado e a expansão de áreas na qual predominam diversas formas de precarização, subempregos, trabalho informal, baixos salários, ausência de seguridade social etc. Muitas referentes a atividades moldadas pelo tradicional lugar feminino na esfera da reprodução e, numa conjuntura em que a divisão do trabalho doméstico não sofreu alterações.

Um exemplo é o caso de Camila Silva, que trabalha na parte da costura do sapato. Normalmente, não há homens no setor. Os homens que trabalham no setor são os mecânicos das máquinas de costura.

Constatação também feita por Bruschini (1998), Hirata (2002) que, por sua vez, também destacam que essa entrada massiva não foi e nem vem sendo acompanhada de redução das disparidades que lhes atingem, pelo menos não para todas.

Onde menos a mulher avançou foi no âmbito familiar. Há uma tendência universal de atribuir aos homens o espaço da esfera pública e, à mulher, a esfera privada ou doméstica. É necessário ressaltar, ainda, o machismo que está presente predominantemente na cultura dos dias atuais, que nos desfavorece e nos limitam e nos enquadram em um espaço mínimo em que não nos cabe.

Segundo as autoras Araújo e Scalon (2005, p.23) “são mais aceitáveis a incorporação das mulheres em atribuições historicamente masculina, do que a incorporação masculina a novas atribuições na esfera do doméstico”. Pode-se falar da existência de uma causa fundamental desta desigualdade na divisão de funções no âmbito doméstico, que se pode denominar de princípio biológico à responsabilização da mulher quanto ao cuidar de sua prole, sustentada cultural e

socialmente nos fatores biológicos diretamente relacionados ao parto, aleitamento e primeiros cuidados com a criança. Portanto, fundado em diferenças biológicas, cria-se e se reproduz social e culturalmente as desigualdades entre homens e mulheres.

É interessante observar que as mulheres, na maioria das vezes, acham comum ser a única responsável pelos afazeres domésticos. Maria Sousa diz que tem que “cuidar da casa, mas não que seja obrigação, não tem outro jeito”. No entanto, o seu companheiro respondeu o seguinte: “não ajudo nos afazeres domésticos e não acho que seja minha obrigação” (João Sousa). Ressalta-se o termo “ajudo” que ele coloca, para a distribuição das tarefas quando feita pelo mesmo.

Observa-se na resposta do esposo uma ideia machista onde a responsabilidade dos afazeres domésticos é do sexo feminino e na resposta dela uma aceitação, onde a Maria não questiona, mas também não se sente feliz.

Por outro lado, Lia Campos responde que faz as atividades domésticas, mas acredita que as obrigações do lar devem ser divididas, para melhor aproveitamento do tempo. Seu esposo concorda e diz que ajuda a esposa nos trabalhos domésticos. Novamente, o pensamento é de ajuda, não de responsabilidade.

É comum os homens não se sentirem responsáveis pelos afazeres do lar, já que as mulheres são consideradas “donas do lar”. Mesmo eles trabalhando de igual modo, a responsabilidade ainda é apenas dela. Apesar de alguns homens terem respondido que fazem as atividades domésticas, eles não se apropriam como um dever.

Araújo e Scalon (2005), após ampla pesquisa realizada em 2003, que contou com 2000 domicílios em 24 Estados brasileiros, chegaram à mesma conclusão, ao constatar que a maior parte do trabalho doméstico entre nós continua sendo majoritariamente uma atribuição feminina. Assim, para essas autoras, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho não implicou uma divisão mais igualitária dos trabalhos domésticos, ainda que haja indícios de maior participação masculina no que diz respeito ao cuidado com os filhos.

O tempo para se dedicar ao crescimento dos filhos tem sido uma preocupação para os pais que trabalham, já que terceirizam os cuidados de outras pessoas e, logo, não se tem tempo suficiente para educá-los.

Sennette, em seu livro *“A corrosão do caráter”*, conta a história de Rico, personagem que tem pouco tempo para se dedicar aos filhos. Sua esposa também trabalha fora do âmbito doméstico. Ele relata o quanto é difícil essa ligação com os filhos no horário pós-laboral:

Quando as coisas ficam difíceis meses seguidos na empresa de consultoria “é como se eu não soubesse quem são meus filhos”. Ele se preocupa com a frequente anarquia em que mergulha a família, e com o abandono das crianças, cujas necessidades não podem ser programadas para encaixar-se nas necessidades de seu trabalho. (Sennett, 2012, p.20).

Não muito diferente de Rico, pode-se observar que foram unânimes as respostas quanto ao tempo que se dedicam aos filhos: “o meu filho fica parte do dia com familiares e o acompanhamento no desenvolvimento é limitado às histórias familiares” (Lia Campos). Seu esposo, Afonso Campos, relata que, por conta do trabalho, se sentiu distante dos seus filhos. Não muito diferente, Camila Silva diz que, por conta do trabalho, deixou de acompanhar muita coisa do seu filho. E, por fim, João Sousa responde: “tenho um filho e me sinto triste, pois não tenho tempo para estar com ele”.

Essa distância entre pais e filhos minimiza os vínculos afetivos e dificulta o enraizar das relações. Quando se percebe, o tempo passou e foi perdido todo o vínculo, sem sequer conhecer quem realmente são os filhos, já que não houve tempo para isso.

Com esses relatos, fica fácil notar que a realidade social é complexa e que os indivíduos estão se fragmentando para dar conta de tantas responsabilidades. Desse modo, a luta imediata pela redução da jornada (ou tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, em vez de serem excludentes, tornam-se necessariamente complementares. E o empreendimento social por um trabalho cheio de sentido, pela vida autêntica fora do trabalho, por um tempo disponível para o trabalho e por um tempo verdadeiramente livre e autônomo fora do trabalho, portanto, fora do controle e comando opressivo do capital convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação. (Antunes. 2009).

O trabalho nos torna um ser social, no entanto há uma necessidade de um tempo verdadeiramente livre para que os indivíduos possam se dedicar a um projeto

tão grandioso, que é a família, e à qualidade de vida no trabalho se faz mais que necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização deste trabalho de conclusão de curso sucedeu uma enorme compreensão da conjuntura social teve como objetivo analisar como a jornada de trabalho interfere, de acordo com a percepção do trabalhador na qualidade de vida, nas relações familiares de quem convive com jornada de trabalho árdua e quais consequências dessa falta de tempo na educação dos filhos, visto que esse acompanhamento está sendo fragmentado e terceirizado.

Para dar credibilidade à pesquisa, foram apontadas algumas discussões teóricas abordando os seguintes temas: trabalho, qualidade de vida do trabalhador e família, com conceitos e análises de diversos autores

Na premissa da pesquisa, algumas ideias prepostas pelo meu cotidiano, me faziam questionar a normalidade da rotina agitada, da falta de tempo e de como estava ficando escasso o convívio familiar, nesse contexto de precarização do trabalho em uma sociedade líquida onde as relações não estão enraizadas.

Com o intuito de trazer um olhar mais próximo da realidade social, foi preferível a escolha da pesquisa de campo no estado do Ceará, com os funcionários de uma empresa calçadista. Suas respostas foram de imensa valia e enriqueceram enormemente trabalho, pois trouxeram sua forma de ver as relações e como percebem o cotidiano. Percebeu-se que é de grande dificuldade a disponibilidade de tempo para pensar, já que se vive em uma sociedade mecanicista, robotizada e ao responder as perguntas fizeram pensar sobre o agir de cada um e como isso afeta aos demais que o cercam.

Ao arriscar responder as questões levantadas na introdução, foi observado o quanto é complexo para os indivíduos ter de gerir suas vidas, já que estão inseridos em um contexto tão antagônico, onde suas necessidades não condizem com a necessidade do outro. A necessidade de um trabalho para sobreviver os obriga a aceitar péssimas condições de trabalho. A busca pela qualidade de vida no trabalho não pode ser considerada como um custo nas planilhas das empresas, uma vez que os custos com afastamentos e ações trabalhistas são maiores do que uma medida

preventiva, já que as empresas só veem o lucro que se ganha em cima da mão de obra de cada funcionário.

Já no campo familiar pode-se concluir que a inserção da mulher no ambiente de trabalho trouxe a esta uma carga muito mais pesada do que a do homem, posto que, mesmo com tantas mudanças ocorridas no mundo, a mulher ainda é responsável pela estabilidade emocional dos filhos e cuidado do lar. O homem, entretanto, ainda permanece com a visão de ajuda, não como uma responsabilidade que é de suma importância para o bem comum de todos que habitam no lar. A divisão de tarefas domésticas ainda é feita com justiça. A sociedade continua arraigada no patriarcalismo burguês, com visões machistas.

Com o resultado da pesquisa, viu-se, também, como os pais que são trabalhadores e trabalhadoras da empresa calçadista na cidade de Horizonte se sentem por não ter tempo para o desenvolvimento dos filhos. Essa situação os causa um pesar por terem que deixar seu bem mais precioso em cuidados de terceiros e perderem o acompanhamento no crescimento dos seus filhos.

Em conjunto, entende-se que as mudanças do sistema capitalista em relação ao processo de trabalho não beneficiam o trabalhador e estão gerando uma grande massa de pessoas com doenças ocupacionais, de acordo com os dados IBGE e da OIT. Essas doenças se propagam dentro dos lares, posto que, no momento em que o funcionário perde o seu emprego, há uma cobrança para que ele se insira o mais rápido possível no mercado de trabalho, e, por precisar se manter e manter sua família submete-se a aceitar um trabalho indigno. Dessa forma, precisa-se continuar estudando e disseminando pesquisas sobre o assunto, a fim de se obter um verdadeiro progresso.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, C. SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: _____(Org). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. FAPERJ. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 14-76.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004a.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Art. 121 da Constituição Federal de 34. Brasília, 1934. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 22 mar.2014.

CARDOSO, I.C.; FRANCISCO, E.M V. **Velhas moedas com novo valor**: remuneração e benefícios na moderna empresa capitalista. MOTA, Ana E. (Org). **A nova fábrica de consenso**. São Paulo: Cortez, 1998.

CRUZ, D. **A formação do 'Total Trabalhador Sadia' — Um estudo de caso sobre o processo de qualificação dos trabalhadores na SADIA S.A**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

GOMES, O.; GOTTSCHALK, E.. **Curso de direito do trabalho**. 11ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2000.

GRAVE, F. **Trabalho, desemprego e Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XXIII, nº 69, março 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HIRATA, H. **Visão comparativa sobre o trabalho feminino na França, Japão e no Brasil**. In LIMA, M. E. et al (orgs.) *Transformando as relações trabalho e cidadania*: produção, reprodução e sexualidade. São Paulo: CUT/BR, 2007

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HOBOLD, F. **Neoliberalismo e trabalho**: a flexibilização dos direitos trabalhistas. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

HANDY, C. **A era do paradoxo**: dando um sentido para o futuro. São Paulo: Makron Books, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMONGI-FRANÇA, A. C.; ASSIS, M. P. **Projetos de qualidade de vida no trabalho**: caminhos percorridos e desafios. RAE Light, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 26-32, mar./abr. 1995.

LAURELL, A. C. **Avançando em direção ao passado: apolítica social no neoliberalismo**. Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1995.

MALASCH, C.; LEITER, M. P. **Trabalho**: fonte de prazer ou desgaste? Guia para vencer o estresse na empresa. Campinas: Papyrus, 1999.

MANÃS, C.M. **Tempo de Trabalho**: a tutela jurídica do tempo de trabalho e tempo livre. São Paulo: Ltr 2005.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, São Paulo: Nova Cultura, 1985.

_____, Prefácio. In: MARX, Karl, *Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978, p. 6-24.

_____, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____, **O Capital. Livro I. Volume 1: O Processo de Produção do Capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____,; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MINAYO, M. C. de S (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MONTEIRO, D. d. **O sujeito do consumo e os laços afetivos**. *Cogito*. 2004

NASCIMENTO, N de O. **Jornada de trabalho – aspectos práticos**. In: <http://www.professornilson.com.br/Downloads/Jornada%20de%20Trabalho%20-%20Aspectos%20Pr%C3%A1ticos.pdf> .Acesso em 18/06/2017

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, E. M. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec CUT – BRASIL, 1999.

OLIVEIRA, A. V. **Pós-modernidade e sofrimento psíquico**: análise feita a partir de depoimentos de psicólogos clínicos. Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2006.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

QUIRINO, T. R.; XAVIER, O. **Qualidade de vida no trabalho de organização de pesquisa**. Revista de Administração, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 71-82, jan. 1987.

RIBEIRO, S. **Enfoque**. Função social do contrato, a solidariedade e o pilar da modernidade nas relações do trabalho. São Paulo: Biblioteca Ltr Digital, 2003 ISBN85-391-04272-4. Código.0.

RONCONI, L. F. de A. **Gestão social e economia solidária: desafios para o Serviço Social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

RUBANO, D. R.; MOROZ, M. **Relações de servidão: Europa Medieval Ocidental**. In: ANDERY, M. A. Para compreender a Ciência: uma perspectiva histórica. 12. ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003.

SANTOS, E. R. dos. **A função social do contrato, a solidariedade e o pilar da modernidade nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2003, 112 p.

SARMENTO, H.B. de M. Serviço Social, das funções tradicionais aos desafios diante das novas formas de regulação sociopolítica. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v.5, n 2, jul/dez 2002.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução Marcos Santarrita. – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVEIRA, P. **A mais-valia e o caráter revolucionário do materialismo histórico.** Revista Nova Escrita/Ensaio especial – Marx Hoje. São Paulo, ano V, n° 11/12, 1983

SIMÕES, F. I. W. e HASHIMOTO, F. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. Vozes dos Vales, Minas Gerais, 2012 In: http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Mulher-mercado-de-trabalho-e-as-configura%C3%A7%C3%B5es-familiares-do-s%C3%A9culo-XX_fatima.pdf Acesso em 14/06/2017

SUSSEKIND, A.; MARANHÃO, D.; VIANNA, S. **Instituições de Direito do Trabalho**, 9ª Ed. Ampliada e Atualizada. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.

SÜSSEKIND, A.. **Direito constitucional do trabalho**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 2001, 487 p.

SCOTT, J . **Gênero**, uma categoria útil para análise histórica. Recife: mimeo, 1991.

TEIXEIRA,Z.A.**As mulheres e o mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.universia.com.br>>. Acesso em: abr. de 2017.

VIANNA, L. W. Liberalismo e Sindicato no Brasil. BH: ED. UFMG,1999

VASCONCELOS, A. F. **Qualidade de vida no trabalho**: origem, evolução e perspectivas. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 23-35, jan.-mar. 2001.

APÊNDICES

PÊNDICE A – ROTEIRO (S) PARA COLETA DE DADOS

Nome do entrevistado:

Data da entrevista:

1-IDENTIFICAÇÃO

1. Nome ou apelido:

2. Data de nascimento:

3. Naturalidade:

4. Escolaridade:

() Fundamental incompleto () Fundamental completo () Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo () Superior incompleto () Superior completo

() Pós graduado () Nunca estudei () Não quero informar

5. Estado civil:

() Solteiro () Casado () Viúvo () União Estável () Não quero/sei declarar

1- Porque você escolheu trabalhar nessa empresa?

2-Quais os benefícios de trabalhar nessa empresa e o que você gostaria que tivesse que não tem?

3-Em relação a sua carga de trabalho (quantidade de trabalho), como você se sente?

4-O quanto você está satisfeito com a salubridade (condições de trabalho) do seu local de trabalho? E porque?

5-Em relação ao cansaço que seu trabalho lhe causa, como você se sente?

6-Você acha que é satisfatório o seu horário de descanso?

7- Você acha que a empresa respeitar os direitos dos trabalhadores?

8- Qual a influência do trabalho sobre sua vida/rotina familiar?

9-Você tem filhos e como você se sente em relação ao acompanhamento no desenvolvimento da criança?

10-Depois do trabalho na fábrica você ainda faz trabalhos domésticos? Você acha que é sua obrigação cuidar da casa?

11- Você consegue dispor de tempo para o seu conjugue?

12-Qual a influência do trabalho sobre sua possibilidade de lazer?

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada:

_____ desenvolvida por _____
_____. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por _____, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) _____. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é

_____. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha:

